

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
GEOGRAFIA

DENISE DE SOUSA FERREIRA

**ASPECTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAIBA: OCUPAÇÕES,  
ASSENTAMENTOS E IMPACTOS TERRITORIAIS DA REFORMA AGRÁRIA  
(1984 A 2013)**

JOÃO PESSOA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
GEOGRAFIA

DENISE DE SOUSA FERREIRA

**ASPECTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA: OCUPAÇÕES,  
ASSENTAMENTOS E IMPACTOS TERRITORIAIS DA REFORMA AGRÁRIA  
(1984 A 2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
à Banca Examinadora da Universidade Federal  
da Paraíba, para a obtenção do grau de  
bacharel em Geografia, sob a orientação da  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Emilia de Rodat Fernandes  
Moreira.

JOÃO PESSOA

2016

Catálogo na publicação  
Universidade Federal da Paraíba  
Biblioteca Setorial do CCEN  
Maria Teresa Macau - CRB 15/176

- F383a Ferreira, Denise de Sousa.  
Aspectos da questão agrária na Paraíba : ocupações,  
assentamentos e impactos territoriais da reforma agrária  
(1984 a 2013) / Denise de Sousa Ferreira.- João  
Pessoa, 2016.
- 55p. : il.-
- Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade  
Federal da Paraíba.  
Orientadora: Profª Drª Emília de Rodat F. Moreira.
1. Geografia dos assentamentos. 2. Impacto territorial.  
3. Reforma agrária - Paraíba. I. Título.

UFPB/BS-CCEN

CDU: 911.37(043.2)

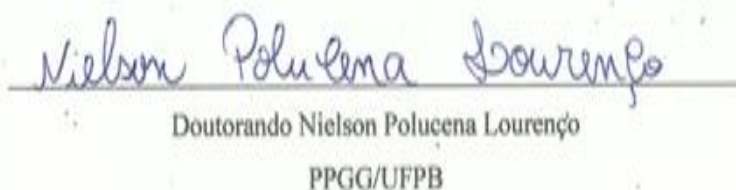
DENISE DE SOUSA FERREIRA

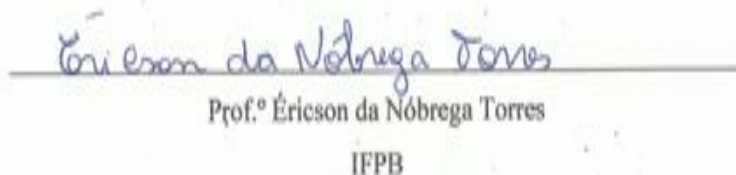
ASPECTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA: OCUPAÇÕES,  
ASSENTAMENTOS E IMPACTOS TERRITORIAIS DA REFORMA AGRÁRIA  
(1984 A 2013)

Monografia apresentada como cumprimento às  
exigências para obtenção do título de bacharel em  
Geografia pela Universidade Federal da Paraíba.

EXAMINADORES

  
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Emília de Rodas Fernandes Moreira  
UFPB

  
Doutorando Nielson Polucena Lourenço  
PPGG/UFPB

  
Prof.º Ericson da Nóbrega Torres  
IFPB

João Pessoa - PB  
Junho, 2016

*Dedico a minha família,  
Aos sem terras e agricultores camponeses da Paraíba.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças até aqui, me guardado, me guiado e suprido as minhas necessidades.

Em segundo a minha família que mesmo tão humilde, me ajudou financeiramente nos momentos difíceis para manter a minha permanência na universidade e outros gastos, mesmo muitas vezes questionando para eu ir trabalhar, pois estava difícil manter a minha dedicação aos estudos, mas nunca me abandonaram, não deixaram faltar nada e o mais importante me amaram aceitando minhas escolhas e como eu sou.

Agradeço infinitamente a minha orientadora Emília de Rodat, pois foi a única que acreditou em mim, depois de ter levado tantos não em outras seleções para participar de projetos e já estava desacreditada de mim, me acolheu no projeto do PROBEX o DATALUTA (um projeto de nível nacional e que ta se expandindo internacionalmente), onde tive a oportunidade de viajar de avião pela primeira vez para conhecer grandes nomes da geografia agrária do Brasil, viajando para São Paulo capital e passando 1 mês em Presidente Prudente – SP, expandindo minha visão de agrária. Deu-me a chance de ver o meu pai depois de 20 anos, confirmando o que sempre ouvia nos corredores da universidade, Emilia é uma mãe! Um ser humano humilde, de coração enorme, que trata todos por igual sem se importar com títulos, uma professora exemplar. Agradeço por ter me permitido fazer parte do DATALUTA, 2 PIBIC, Casadinho PB/SP e tantos outro projetos no Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC). Consegui enxergar eu e minha família no meu objeto de estudo, que antes de entrar na universidade repetia o discurso de jornais onde mostrava os sem terras como um bando de vagabundo, minha família era agricultora que foi expulsa pela seca do sertão da Paraíba para a capital, meu avô encontrou trabalho em um sítio, pois era a única coisa que sabia fazer (plantar), onde ocupou um terreno e minha família vive até hoje. Tenho orgulho do meu avô Antenor que já faleceu e minha avó Carselina com quem moro hoje, pois foram guerreiros lutaram contra a seca, lutaram na capital mesmo sem estudos nos anos 80 e só buscaram um pedacinho de chão para morar com sua família.

Agradeço ao professor Marco Mitidiero que confiou à mim a coordenação dos monitores no evento internacional SINGA 2013, foi uma experiência incrível com grandes personalidades. Agradeço a Professora Suelídia Calaça por ter permitido ser voluntaria no Programa de Educação Tutorial - PET. Agradeço a amizade do professor Pedro Vianna que me deu a honra de conhecer um pouco o semiárido brasileiro de leste a oeste numa viagem de reconhecimento de campo de seu orientando, fiquei encantada com o que vi. E agradeço os

demais professores da graduação de Geografia na UFPB, que tiveram a humildade de compartilhar conhecimentos.

Agradeço aos amigos acadêmicos e não-acadêmicos que me apoiaram, me ajudaram nos trabalhos, me distraíram, me fizeram sorrir, relaxar em meio a anos de estresses acadêmicos e emocionais. Evitei citar nomes para não cometer a injustiça de deixar alguém de fora, você que fez parte da minha vida contribuiu com a minha formação acadêmica de alguma maneira, se sintam todos agradecidos e abraçados!

## Música

### Funeral de Um Lavrador

Chico Buarque

Esta cova em que estás com palmos medida  
É a conta menor que tiraste em vida  
É a conta menor que tiraste em vida

É de bom tamanho nem largo nem fundo  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
É a parte que te cabe deste latifúndio

Não é cova grande, é cova medida  
É a terra que querias ver dividida  
É a terra que querias ver dividida

É uma cova grande pra teu pouco defunto  
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo  
estarás mais ancho que estavas no mundo

É uma cova grande pra teu defunto parco  
Porém mais que no mundo te sentirás largo  
Porém mais que no mundo te sentirás largo

É uma cova grande pra tua carne pouca  
Mas a terra dada, não se abre a boca  
É a conta menor que tiraste em vida  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
É a terra que querias ver dividida  
Estarás mais ancho que estavas no mundo  
Mas a terra dada, não se abre a boca.



## RESUMO

Pobreza e desigualdade social são problemas estruturais do campo brasileiro e, por rebatimento, do campo paraibano. Para combatê-las é necessário começar pela democratização da terra. Esta perspectiva, porém, tem encontrado fortes empecilhos para realizar-se. O maior deles consiste na aliança entre o Estado e o latifúndio para impossibilitar a expansão da classe camponesa. Sem acesso à terra, os camponeses paraibanos, sobretudo a partir da segunda metade dos anos de 1980, têm lutado pelo direito a um pedaço de chão. Pressionado, o Estado quando não consegue a dissolução dos conflitos utilizando seu aparato policial e jurídico, desapropria ou compra imóveis com a finalidade de criar Projetos de Assentamentos. Foi desse modo que foram criados na Paraíba, entre 1984 e 2013, 302 PAs abrangendo 284.464,0 hectares onde foram assentadas 14.340 famílias. Mas o que estes resultados representam do ponto de vista do avanço da reforma agrária no estado? Qual a relação existente entre as ocupações e a criação de assentamentos? Quais os impactos territoriais da criação de assentamentos no estado? O trabalho em pauta tenta responder estas questões. Para tanto se apóia na pesquisa bibliográfica, no levantamento, processamento e análise de dados secundários junto ao INCRA e ao IBGE e no trabalho de campo.

Palavras chaves: impacto territorial; assentamentos; ocupações; Paraíba.

## **ABSTRACT**

Poverty and social inequality are structural problems of the Brazilian countryside and, therefore, the Paraíba countryside. To combat then it is necessary to start the democratization of land. This approach, however, has found strong obstacles to be accomplished. The biggest one is the alliance between the state and landlordism to forbid the expansion of the peasant class. Without access to the land, paraibanos farmers, especially from the second half of the 1980's, have been fighting for the right to a piece of ground. Under pressure, the state can not the dissolution of the conflicts using its police and legal apparatus, expropriate or buy real estate with the purpose of creating Settlement Projects (SP). It was this way that were created in Paraíba, between 1984 and 2013, 302 SP's covering 284,464.0 hectares which were settled 14,340 families. But what these results represent from the point of view of the progress of land reform in the state? What is the relationship between the occupation and the establishment of settlements? What are the territorial impacts of establishing settlements in the state? The study in question tries to answer these questions. To do so this work is based on the bibliographic research, in the collection, processing and analysis of secondary data with INCRA and IBGE and fieldworking.

Key words: territorial impact; settlements; occupations; Paraíba.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nº de ocupações e de famílias em ocupações, segundo as Microrregiões 1989-2013	28
Quadro 2 - Nº de ocupações por Movimento Socioterritorial, segundo as Mesorregiões 1989-2013	31
Quadro 3 - Nº de assentamentos e de famílias Assentadas, segundo as Microrregiões 1989-2013	36
Quadro 4 - Número de ocupação e desapropriação, segundo as mesorregiões 1984 – 2013	41
Quadro 5 - Municípios com assentamento e com ocupação 1984 – 2013	43
Quadro 6 - Municípios com ocupação e sem assentamento 1984 – 2013	43
Quadro 7 - Municípios com assentamento e sem ocupação 1984 – 2013	43
Quadro 8 - Municípios sem assentamento e sem ocupação 1984 – 2013	44
Quadro 9 - Impacto territorial da criação de assentamentos segundo as Mesorregiões– 2012	48
Quadro 10- Impactos territoriais da criação de assentamentos segundo as Microrregiões – 2012	49

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nº de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de Área - 1950-2006	19
Gráfico 2 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários por grupos de Área - 1950-2006	19
Gráfico 3 - Número de ocupações - 1989 – 2013	23
Gráfico 4 - Número de famílias em ocupação - 1989 – 2013	24
Gráfico 5 - Número de ocupação, segundo as Mesorregiões 1989 -2013	26
Gráfico 6 - Número de famílias em ocupações, segundo as Mesorregiões 1989-2013	26
Gráfico 7- Municípios com maior número de ocupações 1989-2013	29
Gráfico 8 - Municípios com maior número de famílias em ocupações 1989-2013	29
Gráfico 9 - Assentamentos criados segundo o ano de criação 1984 – 2013	32
Gráfico 10 - Nº de assentamentos, segundo as Mesorregiões 1989-2013	34
Gráfico 11 - Capacidade e famílias, segundo as Mesorregiões 1989-2013	35
Gráfico 12 - Área, segundo as Mesorregiões 1989-2013	35
Gráfico 13 - Municípios com maior número de Assentamentos1984-2013	39

Gráfico 14 - Municípios com maior número de famílias assentadas 1984 - 2013_____	40
Gráfico 15 - Municípios com maior área ocupada (ha) por Assentamentos1984 - 2013____	40
Gráfico 16 - Formas de obtenção dos assentamentos na mesorregião Mata Paraibana 1984 - 2013_____	46
Gráfico 17 – Formas de obtenção dos assentamentos na mesorregião Agreste Paraibano 1984 – 2013_____	46
Gráfico 18 – Formas de obtenção dos assentamentos na mesorregião Borborema 1984 - 2013_____	46
Gráfico 19 - Formas de obtenção dos assentamentos na mesorregião Sertão Paraibano 1984 - 2013_____	46
Gráfico 20 - Relação entre ocupações e Assentamentos criados 1989 – 2013_____	47

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Mesorregiões Geográficas do estado da Paraíba _____	14
Mapa 2 - Microrregiões Geográficas do estado da Paraíba _____	15
Mapa 3 - Número de ocupações por municípios - 1989 – 2013_____	30
Mapa 4 – Número de assentamentos por municípios - 1989 – 2013_____	38
Mapa 5 – Assentamento versus ocupação – 1984 – 2013_____	45
Mapas 6 - Impactos da criação de assentamentos sobre a estrutura fundiária – 2012_____	51

## **LISTA DE SIGLAS**

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
CPT- Comissão Pastoral da Terra  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FHC- Fernando Henrique Cardoso  
FUNTERRA – Fundação de previdência privada da terracap  
ha – Hectare  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MP- Medida Provisória  
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAs - Projetos de Assentamentos  
PROCANOR – Programa de apoio as populações pobres das zonas  
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PROALCOOL- Programa Nacional do Álcool  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NA PARAIBA: mudanças e permanências</b>	<b>16</b>
<b>2. DINÂMICA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NA PARAÍBA – 1989 A 2013</b>	<b>22</b>
<b>3. DINÂMICA DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA: 1984 -2013</b>	<b>32</b>
<b>4. RELAÇÃO ENTRE OCUPAÇÕES E CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS</b>	<b>40</b>
<b>5. IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS</b>	<b>47</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

A pobreza e a desigualdade social são problemas estruturais no campo brasileiro e, por rebatimento, no campo paraibano. Para combatê-los ou mitigá-los é necessário começar pela desconcentração fundiária e pelo consequente fortalecimento da agricultura camponesa. Em outras palavras, faz-se necessário a realização de uma reforma agrária comprometida com a real melhoria da condição de vida da população. A criação de assentamentos rurais tem sido o caminho encontrado pelo Estado para combater os problemas citados e tem sido entendida como sendo a expressão da reforma agrária do governo brasileiro.

Entre 1984 e 2013 foram criados pelo INCRA no estado da Paraíba 302 Projetos de Assentamentos. Este trabalho busca identificar e analisar a relação entre ocupação e criação de assentamentos e identificar os impactos territoriais da criação desses em nível do conjunto do estado, das microrregiões, das mesorregiões e dos municípios. Este tema foi abordado em 2000 por Emilia Moreira, Marilda Meneses e Ivan Targino, através de pesquisa realizada em parceria com o curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura (CPDA) da UFRRJ e o Museu Nacional, com o apoio do NEAD, porém restringiu-se a alguns municípios da Zona Canavieira (Zona da Mata e Brejo Paraibano). Em 2001, Marta Erislândia de Lima Freitas elaborou sua pesquisa de Iniciação Científica sob a orientação de Emilia Moreira sobre os impactos da criação de Assentamentos sobre a estrutura fundiária da Zona da Mata Paraibana. Em 2009, Silvânia Félix De Lima fez sua dissertação, sob a orientação de Emilia Moreira sobre impactos territoriais da criação de assentamentos rurais: o caso dos PAs timbó e mata verde - espírito santo/RN. Em 2013, um estudo sobre os impactos da criação dos assentamentos foi elaborado como Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia da UFPB por Rayssa Lisboa sob a orientação também da professora Emilia Moreira. Seu trabalho restringe-se a apenas um município, o de São Miguel de Taipu. A partir de então não identificamos nenhum outro estudo nessa direção o que confere importância ao trabalho.

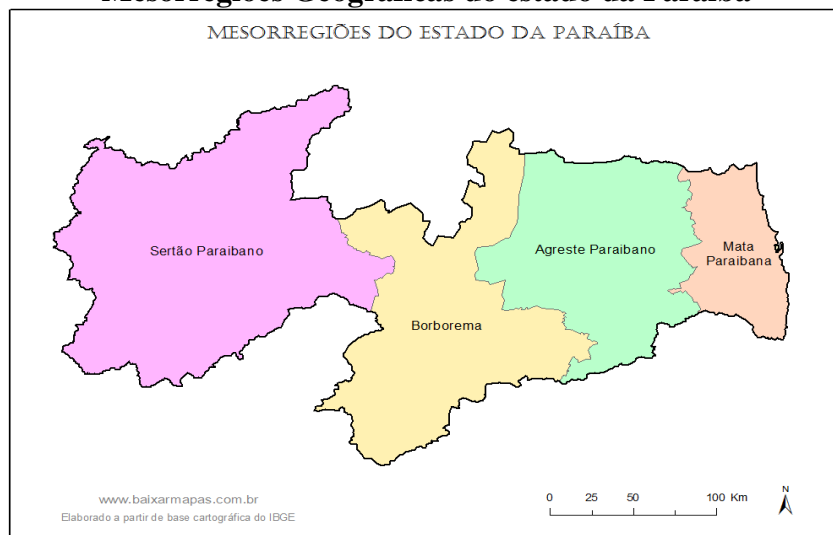
Para levar a efeito o estudo em pauta recuperamos a discussão mais atual sobre a permanência da questão agrária no Brasil dialogando principalmente com Paulo Alentejano (2011), ANDRADE (1963), entre outros autores e na Paraíba dialogando com Emilia Moreira e Ivan Targino (1997; 2012) e Mitidiero (2010). Para discutir a questão dos impactos da criação de assentamentos nos apoiamos em Moreira et. al. (2000-2001), Sérgio Leite, Beatriz Herendia, Leonilde Medeiros (2004) e Félix (2009).

Para dar conta dos objetivos do trabalho, uma série de técnicas e procedimentos de pesquisa foi utilizada tais como: a) levantamento bibliográfico e documental; b) levantamento

e tratamento de dados secundários sobre a estrutura fundiária do estado, das mesorregiões, microrregiões e municípios obtidos junto ao IBGE (censo agropecuário de 2006) e ao INCRA (Cadastro de Imóveis Rurais de 1992 e 2012); c) levantamento e tratamento de dados secundários junto à Rede Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta) sobre ocupações (1989- 2013) e assentamentos (1984-2013); d) elaboração de cartogramas, tabelas e gráficos representativos das variáveis e dos indicadores utilizados; e) identificação dos impactos territoriais da criação de assentamentos em nível do estado, dos municípios, das microrregiões e das mesorregiões. Para mensurar o grau dos impactos utilizamos uma metodologia construída por Emilia Moreira para subsidiar as pesquisas realizadas por seus orientandos (MOREIRA, 2001) que consiste em identificar a participação percentual da área ocupada pelos assentamentos na área agrícola da unidade geográfica de observação. Tomou-se como referência o total da área dos assentamentos criados pelo INCRA entre 1984 e 2013 e a área total dos imóveis rurais existentes no estado em 2012 (INCRA, 2012). Em seguida foi elaborada uma classificação indicadora dos níveis de impacto. Vale à pena destacar que um dos municípios, o de Matinhas, apresentou um resultado que foi desconsiderado devido a um possível erro contido no banco de dados da estrutura fundiária ou nos dados do INCRA. Conforme os dados obtidos no INCRA, a área agrícola do município é menor do que a área dos dois assentamentos nele existentes o que não confere com o mapa dos Assentamentos elaborado pela mesma instituição nem com os dados obtidos junto ao IBGE.

Antes de apresentar os resultados da pesquisa, apresento-lhes nos mapas abaixo o estado da Paraíba, localizado no Nordeste do Brasil, suas mesorregiões e microrregiões para facilitar a identificação dos dados.

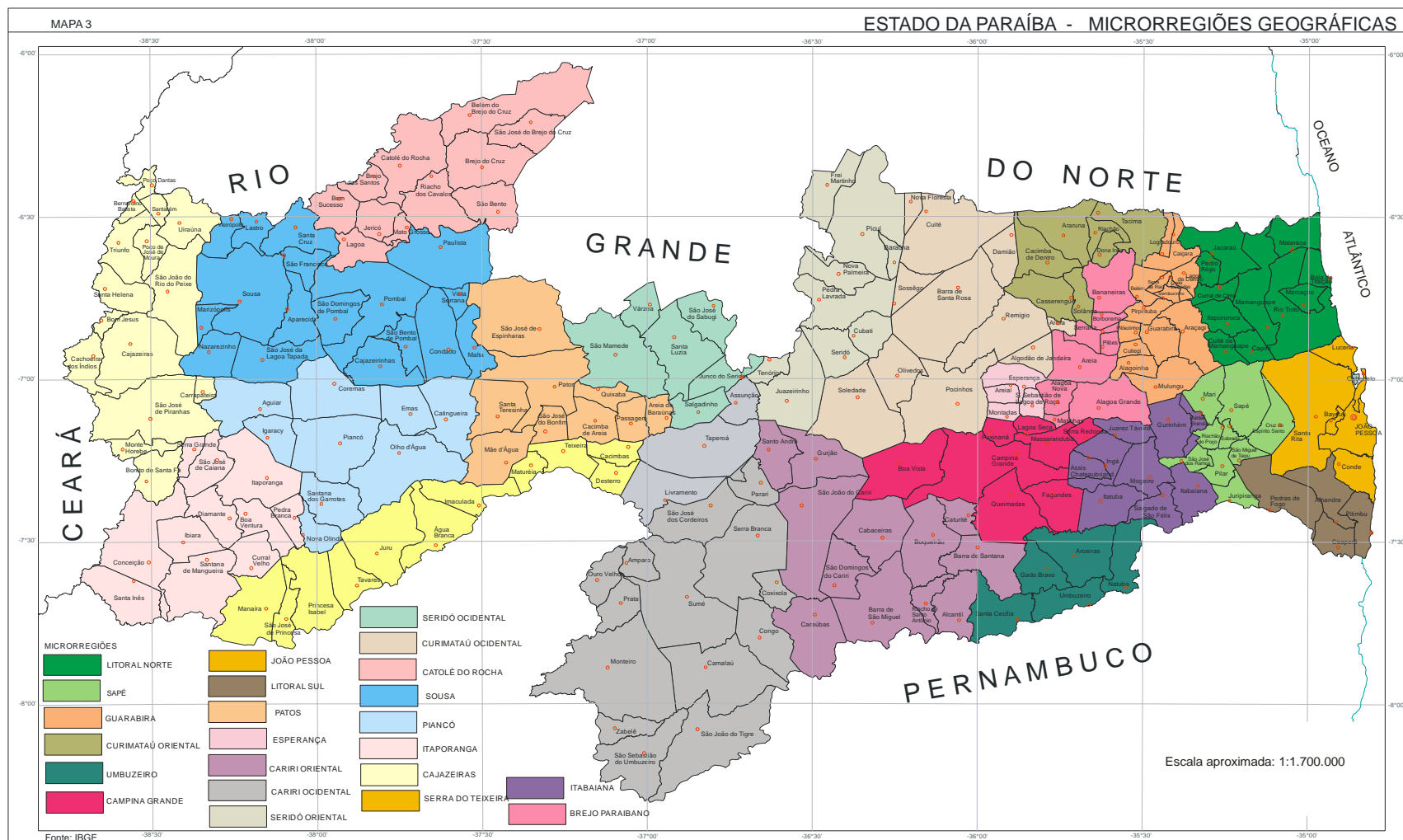
**Mapa 1**  
**Mesorregiões Geográficas do estado da Paraíba**



Fonte: <http://www.baixarmaps.com.br/mapa-da-paraiba-mesorregioes/>



**Mapa 2**  
**Microrregiões Geográficas do estado da Paraíba**



Fonte: IBGE. Elaboração: Emilia Moreira

## **1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NA PARAIBA: mudanças e permanências**

A desigual distribuição da propriedade da terra é uma herança da organização colonial do espaço agrário brasileiro. Ela tem início em 1530 com a distribuição das capitanias hereditárias pela coroa portuguesa para nobres de Portugal. Dado ao fracasso do sistema de capitanias surge o sistema de sesmarias que constituíam grandes lotes de terra que eram doados pela coroa portuguesa a um sesmeiro com o objetivo de tornar a terra produtiva, possibilitando assim a efetiva dominação do território pelo colonizador. É no contexto das sesmarias que surge a *plantation*, sistema agrícola voltado para a organização da produção em grandes áreas contínuas voltada para o plantio de uma monocultura destinada à exportação com a utilização de mão-de-obra escrava. (ANDRADE, 1963).

A partir de 1795 a Coroa portuguesa passou a acompanhar mais de perto o processo de concessão de sesmarias no Brasil procurando regulá-lo. Já nessa época multiplicavam-se os conflitos fundiários entre grandes e pequenos proprietários “ao mesmo tempo em que se consolidava a crença de que a sesmaria constituía um título legítimo e, por extensão, incontestável”. (GRINBERG, 2010).

Apesar de José de Bonifácio e outros deputados brasileiros ainda ligados à Coroa, defenderem o princípio de que toda sesmaria não cultivada deveria ser devolvida, a primeira Constituição do Brasil independente, de 1824, consagrou o princípio quase absoluto da propriedade da terra. Segundo Motta (2009), a doação que implicava no cultivo das terras, foi relegada a um segundo plano, “prevalecendo o argumento de autoridade para legitimar a posse de terras”. Surge nesse momento a figura do “grileiro” isto é, daquele que, sem possuir a carta de sesmaria, conseguia o direito à terra através da alegação de autoridade sobre a mesma. (MOTTA, 2009, p. 112).

Em 1850, foi criada a Lei de Terras que implantou definitivamente a propriedade privada no Brasil e regulamentou o comércio da terra, ou seja, transformou a terra em uma mercadoria à qual só tinha acesso aqueles que tivessem condições para adquiri-la.

É desse modo que nasce o latifúndio e a propriedade privada no Brasil. Sua perpetuação ao longo do tempo reflete a força do poder da elite agrária sobre o território

agrícola nacional. Da mesma forma surge um campesinato excluído do direito à terra, consolidando um modelo de organização agrária injusto e excludente.

É preciso salientar, contudo, que esse poder sobre a terra e esta desigual distribuição das terras no Brasil foi questionado desde sempre tanto pelos camponeses sem terra como por alguns partidos políticos e por organizações sociais que lutaram e lutam contra essa forma de exclusão social.

Sem querer retomar a questões mais antigas, nos detemos em alguns exemplos de luta pela terra no Brasil a partir do século XX. Vale lembrar as Ligas Camponesas, maior movimento de massa contra o latifúndio e a exploração do trabalho na Zona da Mata do Nordeste que se iniciou na segunda metade dos anos de 1950 no Engenho Galiléia, situado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão e disseminou-se alcançando a Paraíba em 1958. A primeira Liga fundada na Paraíba foi a do município de Sapé, criada por João Pedro Teixeira, em fevereiro de 1958. (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Em 1964, com o golpe militar e a instalação de um sistema de governo autoritário e repressor, as Ligas foram desarticuladas e seus líderes perseguidos e assassinados.

O modelo de desenvolvimento rural implantado pelos militares, pautado no fortalecimento da concentração fundiária, no estímulo à produção de lavouras de exportação e à mecanização e quimificação da agricultura agravou ainda mais a situação dos camponeses sem terra. Verifica-se uma expulsão maciça dos moradores, parceiros, posseiros e arrendatários e a expansão de lavouras industriais e do pasto plantado. (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No bojo desse processo, como comentam Moreira e Targino (1997), os camponeses reagem originando e multiplicando pelo Brasil a luta de resistência contra a expulsão-expropriação, que a partir de 1985, com a democratização do país e o surgimento do Movimento dos Sem Terra irá somar-se à luta de ocupação de terras.

A luta camponesa por terra se reproduz na Paraíba de modo muito forte, comandada nos anos 70 e 80 do século XX, inicialmente pela Pastoral Rural da Igreja Católica e a partir de 1975, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que a substituiu (MOREIRA e TARGINO, 1997; MITIDIERO, 2010). Em 1989, a essa atuação da Igreja soma-se a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Apesar da ação dos trabalhadores o Brasil alcança o século XXI com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e com a questão agrária sem solução.

Pode-se afirmar que a questão agrária <sup>1</sup>brasileira surgiu com a ocupação do espaço agrário nacional fundado na concentração de terras e consequentemente na exclusão de parcela significativa da população do direito à mesma. Ao longo do tempo histórico ora a questão foi deixada em segundo plano nas discussões acadêmicas e agraristas ora foi retomada frente à constatação de sua persistência com novas formas e novos teores. Não é pretensão nossa aprofundar a discussão sobre essa questão nesse trabalho, mas chamar a atenção para o fato de que na atualidade, o processo de modernização da agricultura brasileira efetivado de modo mais completo nas décadas de 1960 e 1970 não resolveu a questão agrária, ao contrário, aprofundou-a na medida em que “privilegiou a corrente tradicional-funcionalista, liderada pelo economista Delfim Netto, que propunha a modernização da agricultura, mantendo intocada a estrutura agrária” (GONDIM; LIMA; BEZERRA, 2012, p. 1).

Para Alentejano (2011, p. 70), no início do século XXI a questão agrária “recoloca-se no Brasil sob velhos e novos contornos”. Ele afirma ainda, fundamentado em Delgado (2010, p. 81-82) que no momento atual ela deriva da “prevalência do agronegócio no modelo agrário brasileiro” e chama a atenção para as novas e velhas questões que estão nela presentes, quais sejam:

- a) a persistência da concentração fundiária e as desigualdades que isto gera;
- b) a crescente internacionalização da agricultura brasileira expressa pelo controle da tecnologia, do processamento agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, bem como pela aquisição de terras;
- c) as transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária brasileira que têm fomentado uma crescente insegurança alimentar;
- d) a persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro como características centrais de nosso modelo agrário. (ALENTEJANO, 2011, p.1).

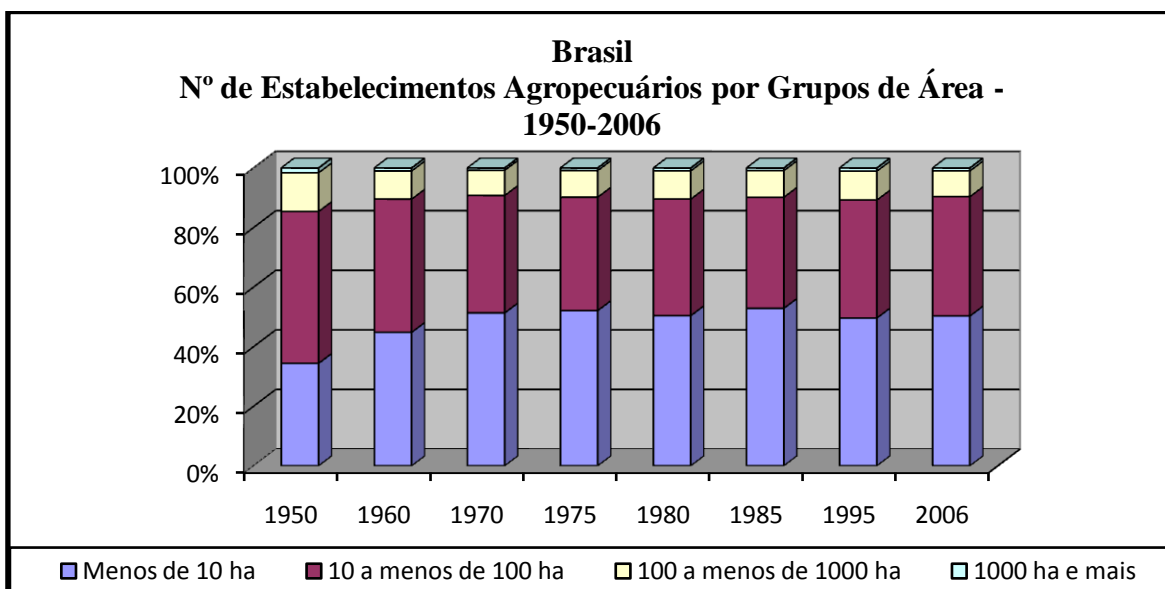
A persistência da concentração fundiária pode ser observada através do Índice de Gini da propriedade da terra que praticamente não sofreu alteração desde 1985. De fato, segundo o IBGE, em 1985 esse índice era de 0,857 passando para 0,856 em 1996 e para 0,854 em 2006. Pode-se também constatar a permanência da concentração de terras no

---

<sup>1</sup> Questão agrária está ligada mais a luta pela terra, a concentração de terras, diferente da questão agrícola que vem da agricultura, é mais voltada para a produção.

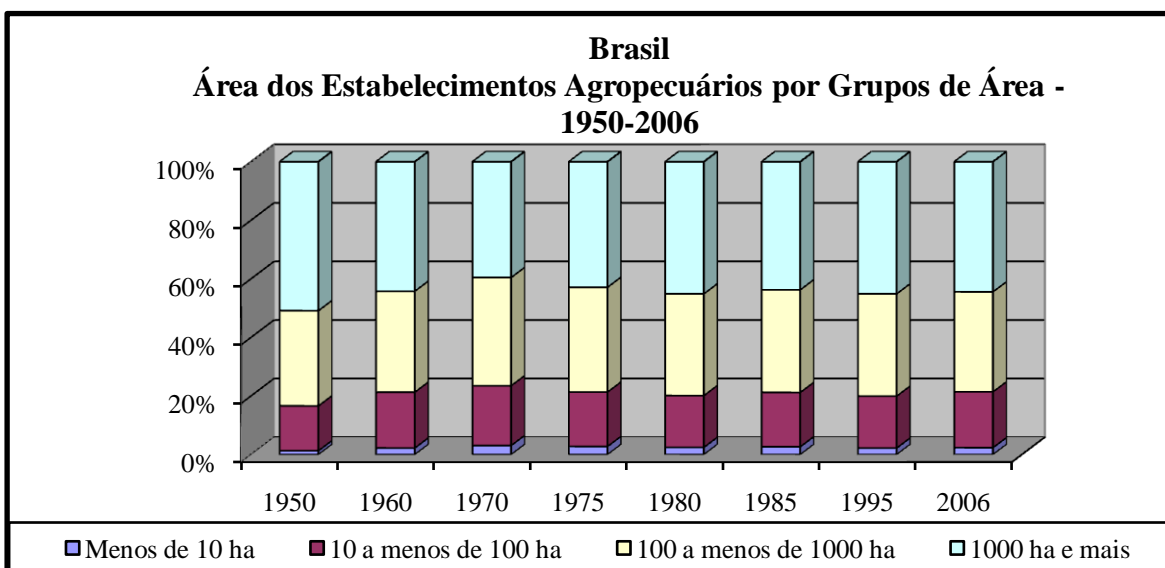
Brasil quando se compara o número de estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área com a área por eles ocupada (Gráficos 1 e 2).

**Gráfico 1**



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários. Transcrito de Alentejano, 2011.

**Gráfico 2**



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários. Transcrito de Alentejano, 2011.

Os dados apresentados pelos gráficos 1 e 2 são demonstrativos da manutenção da concentração da estrutura fundiária ao longo do tempo no Brasil. Tomando como referência os últimos cinquenta anos verifica-se que os estabelecimentos com menos de 100 hectares representam em torno de 80% do total do número de estabelecimentos

existentes no país, mas ocupam menos de 20% da área agrícola. Por outro lado, os estabelecimentos com 1000 hectares e mais que representam menos de 10% dos estabelecimentos ocupam cerca de 60% da área agrícola. Esses dados se refletem na Paraíba onde em 2012 as pequenas propriedades que tem a classe de menos de 1 ha a menos de 100 ha representa 92,62% do número de imóveis e só ocupam 40,20% da área agrícola, as médias que é a classe de 100 ha a menos de 500 ha são 6,54% no número de imóveis e ocupam 36,5% da área, já as grandes propriedades que é a classe de 500 ha a mais de 100000 ha é apenas 0,84% no número de imóveis e detém 23,3% da área, mas na Paraíba o maior imóvel vai até a classe de 500 ha a menos de 1000 ha.

Para Alentejano (2011, p.2) os fatores responsáveis por este comportamento da estrutura fundiária nas décadas citadas seriam a expansão do agronegócio e o “avanço da fronteira agropecuária em direção à Amazônia - impulsionada pela criação de bovinos e pela soja”. As consequências desse processo são conhecidas: a exclusão de parcela da população rural do direito à terra.

Para além da concentração fundiária, Alentejano chama a atenção para um fato velho que tem adquirido novas roupagens, qual seja a estrangeirização da agricultura brasileira. Sobre este tema, pesquisa recente realizada por Moreira, Bonolo e Targino (2013) dá conta de que entre 2007 e 2012 quinze empresas estrangeiras adquiriram terras, usinas, fábricas no Brasil numa demonstração da ampliação do controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura nacional, particularmente no que diz respeito à difusão das sementes transgênicas, à comercialização e ao processamento industrial da produção agropecuária e sucroalcooleira.

No que se refere à agropecuária, Alentejano (2011) chama a atenção para o crescimento da área cultivada de três produtos voltados principalmente para a exportação: a soja; a cana-de-açúcar e o milho (para ração) enquanto reduz-se a área cultivada com produtos alimentares básicos como feijão, mandioca e arroz em mais de 2,5 milhões de ha entre 1990 e 2006.

Outra atividade que se expandiu fortemente foi a pecuária bovina. De acordo com Alentejano (2011, p. 13) “a criação de bovinos expandiu-se em todas as regiões do país, mas com destaque para o Centro-Oeste que possui o maior rebanho bovino do país e o Norte que teve maior crescimento no período (triplicou o rebanho) (...)”.

No que tange à violência no campo,

Os dados sobre a violência no campo levantados pela CPT ao longo dos últimos 25 anos apontam que 2.709 famílias, em média, foram anualmente expulsas de suas terras; 63 pessoas, em média, foram anualmente assassinadas no campo brasileiro por lutar por um pedaço de terra; 13.815 famílias, em média, anualmente foram despejadas através de ações exaradas pelo Poder Judiciário de alguma unidade da federação e cumpridas pelo poder Executivo por meio de suas polícias; 422 pessoas, em média, foram anualmente presas no Brasil por lutar pela terra; 765 conflitos, em média, ocorreram anualmente diretamente relacionado à luta pela terra; 92.290 famílias, em média, foram anualmente envolvidas diretamente em conflitos por terra! (PORTO-GONÇALVES & ALENTEJANO, 2010*apud* ALENTEJANO, 2011, p. 15).

Segundo Moreira e Targino (1997), durante os cinco séculos de história do Brasil, apesar da questão agrária ter se modificado os elementos que a caracterizam permaneceu praticamente os mesmos: a forte exploração do trabalho, a elevada concentração da propriedade da terra e o seu caráter privado. Essa realidade brasileira se reproduz no estado da Paraíba. Para enfrentá-la, da segunda metade do século XX às duas primeiras décadas do século XXI, os trabalhadores rurais organizados pelos movimentos socioterritoriais<sup>2</sup> se articularam através de duas principais formas de luta: a luta pela terra e a luta por melhores condições de trabalho e salário.

Na Paraíba, a luta por terra assumiu no período duas modalidades: a luta de resistência e a de ocupação. A luta de resistência dos posseiros e moradores tinha por meta evitar a sua expulsão-expropriação das terras em que viviam e trabalhavam. Ela se constituiu, segundo Moreira e Targino (1997), “na luta pelo direito de ficar na terra”. Teve maior expressão nas décadas de 1970 e 1980, e foi conduzida basicamente pela Igreja através da Pastoral Rural e da CPT como foi anteriormente colocado. A partir de 1989, com a chegada do Movimento dos Sem Terra no estado, a nova estratégia adotada na luta camponesa por terra passou a ser a ocupação de latifúndios improdutivos. Essas lutas que simbolizam a disputa por terra entre camponeses e a classe latifundiária tem resultado na conquista por parte dos trabalhadores de frações do território capitalista e sua transformação em Projetos de Assentamentos entendidos, segundo Moreira (2006) como “territórios de esperança”.

Por se tratar da estratégia mais recente adotada pelos movimentos socioterritoriais de luta pela terra e que têm redundado em grande parte na criação de assentamentos rurais,

---

<sup>2</sup> No campo, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses em luta pela terra. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra.

buscamos analisar no próximo capítulo a dinâmica das ocupações de terra na Paraíba entre 1989 e 2013.

## **2. DINÂMICA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NA PARAÍBA – 1989 A 2013 <sup>3</sup>**

A luta de ocupação de terras por trabalhadores sem terra foi introduzida no Brasil no século XX durante o processo que culminou com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Na verdade, o que se denomina de “luta de ocupação” corresponde a uma estratégia utilizada inicialmente pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), do Rio Grande do Sul, de 1960 a 1964, reafirmada e assumida pelo MST como sua principal forma de luta. Ela utiliza a mobilização em massa de trabalhadores sem-terra explicitando “nas próprias ações de luta o que contesta (enquanto prática e enquanto valor), e que sujeitos pretendem trazer de volta à cena social em nosso país” (CALDART, 2001, p. 2).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) não só aderiu à estratégia da ocupação de terras como, através de suas reflexões e das reflexões dos seus intelectuais orgânicos, tem buscado discuti-la nas suas publicações. Do ponto de vista conceitual as ocupações, para a CPT, se inserem na categoria de “conflitos por terra”. São entendidas também como ações coletivas de famílias sem-terra, de indígenas e quilombolas que reivindicam terras que não cumprem a função social ou a demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito (CPT, 2012).

Para Moreira (2013), a ocupação, quando entendida como conflito, pode ter uma percepção mais ampla uma vez que este eclode não apenas em função da reivindicação por terra como também para acesso à água.

Para Fernandes, a ocupação faz parte:

de um movimento de resistência, na defesa dos interesses dos trabalhadores, visando a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa e a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania. (...) Trata-se de um processo sócio-espacial e político complexo, desenvolvido como forma

---

<sup>3</sup> Este capítulo, com algumas alterações na forma e na redação foi publicado em co-autoria com nossa orientadora pelo Boletim Dataluta de setembro de 2015.

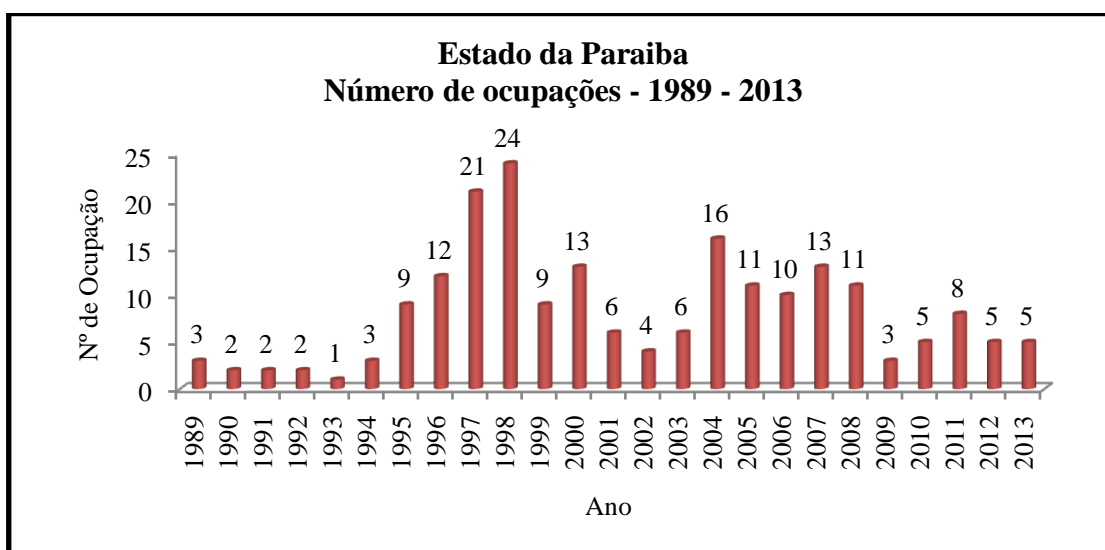


de resistência do campesinato, embasado sobre um conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital. (2002, p.5)

Em suma, a luta de ocupação é uma luta contra o monopólio da terra e contra a dominação do capital sobre a agricultura. São os pobres excluídos do direito à terra e/ou à água que avançam sobre o território dominado pelo capital representado pela propriedade privada latifundiária monocultora ou pecuarista para, numa disputa quase sempre desigual, transformar a terra de negócio em terra de reprodução da vida (MOREIRA, 2011).

Na Paraíba, entre 1989 e 2013 tiveram lugar 204 ocupações de terra, com a participação de 22.774 famílias. Analisando a evolução das ocupações ao longo do período estudado, verifica-se que o maior número ocorreu nos anos de 1997 e 1998, como demonstra o gráfico 3. Constata-se também que houve significativo crescimento das ocupações entre 1995 e 1998 (aumento de 62,5% no interstício de 4 anos), período de ascensão da luta pela terra e de intensificação da prática de construção dos acampamentos (Gráfico 3).

**Gráfico 3**



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

O recrudesimento da luta por terra coincidiu com o período de governo de Fernando Henrique Cardoso quando ocorreram os massacres de Corumbiara (Rondônia, 9 de agosto de 1995) e de Eldorado dos Carajás (Pará, dia 17 de abril de 1996), que ganharam repercussão internacional. Um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás

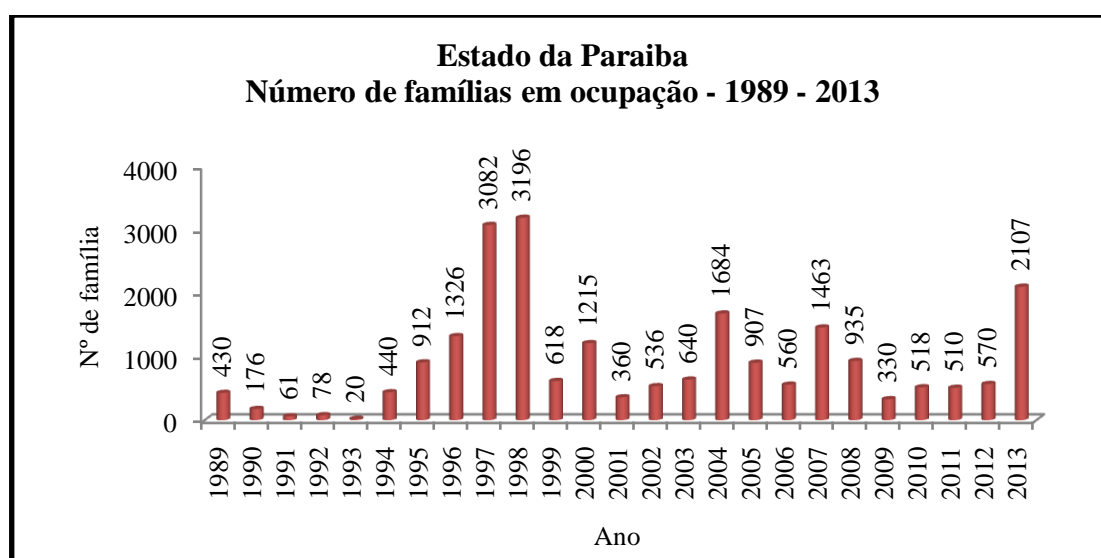
cerca de 1.300 trabalhadores sem-terras marcharam de vários estados até Brasília. Além de chamar a atenção para a urgência da reforma agrária, a marcha tinha por objetivo pedir a punição dos responsáveis pelos massacres, e celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa. Desde então todo ano ocorre o “Abril Vermelho” com manifestações e ocupações para lembrar o massacre e exigir do governo medidas para a reforma agrária.

Para tentar desmobilizar a luta pela terra o governo FHC, utilizando o jargão "terra ocupada não pode ser desapropriada", editou a Medida Provisória 2.183-56/2001 que proíbe por dois anos a vistoria de imóveis ocupados. Essa medida teve maior impacto nos três primeiros anos após sua publicação na Paraíba.

Outro período de forte concentração das ocupações coincidiu com o interstício de 2004 e 2008 com 10 a 16 ocupações anuais. O ano com menor número de ocupações foi o de 1993, caracterizado por uma forte seca que extrapolou o semiárido e alcançou a Zona da Mata (Gráfico 3).

O número de famílias em ocupação também apresenta significativo crescimento entre 1994 e 1998, passando de 440 para 3.196 famílias (aumento de 250,4%). Destacam-se também os anos de 2000, 2004 e 2007, com um número significativo de famílias em ocupações. Chama a atenção o ano de 2013 onde apesar de um número baixo de ocupação (apenas 5), o número de família em ocupação aumentou significativamente em relação ao ano anterior (passou de 570 em 2012 para 2.107, um aumento de 1.537 famílias) (Gráfico 4).

**Gráfico 4**



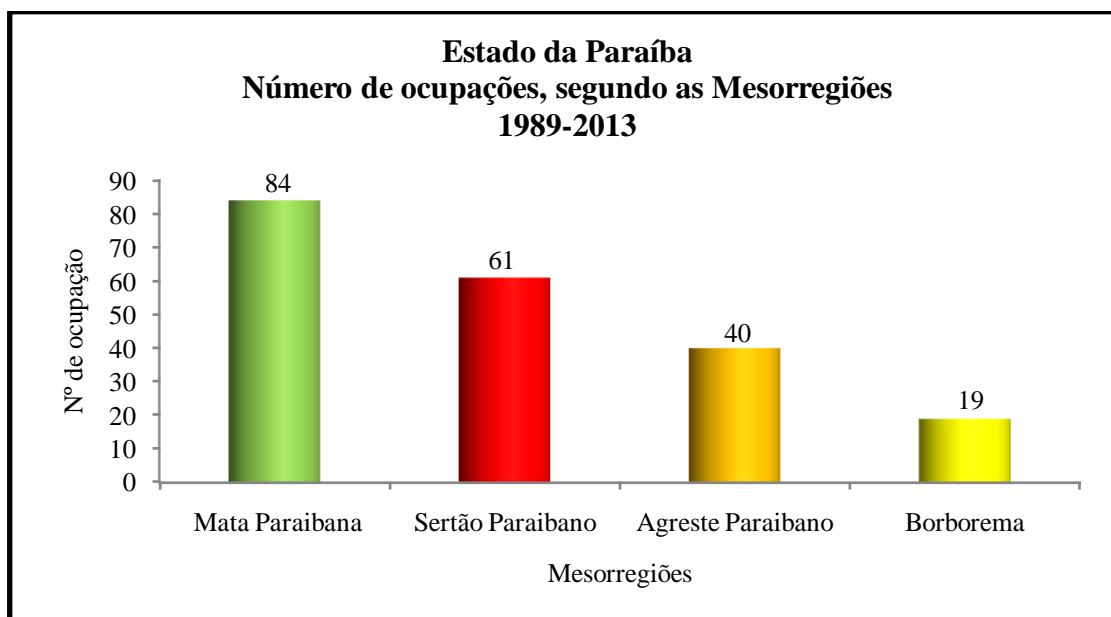
. Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

Recentemente o MST tomou a decisão de fazer menos ocupações, mas com mais famílias para ampliar e dar visibilidade ao movimento. Um exemplo é o acampamento Wanderley Caixe no município de Caaporã com 1300 famílias. Um acampamento com poucas famílias está mais vulnerável a repressões sem nenhuma repercussão da imprensa. Mas os grandes acampamentos não estão livres de repressão, como mostra o acontecido no dia 06/10/2013, quando, segundo o MST, 3 policiais militares de Pernambuco contratados pelo dono de uma usina da região para intimidar os acampados do Wanderley Caixe, invadiram o acampamento armados. Não aconteceu nada mais grave porque eles foram detidos pelos acampados e liberados após a chegada da Polícia Federal.

Segundo Moreira et al. (2014), a redução da estratégia de ocupação de terras verificada a partir de 2009, é atribuída tanto a Medida Provisória 2.183-56/2001 como a uma série de outros fatores tais como: “a) a retração da ação dos movimentos socioterritoriais; b) o alinhamento de alguns dos movimentos ao poder estadual; c) a melhoria da condição de vida de parcela da população decorrente da transferência de renda do Governo através das diversas políticas públicas; d) o aumento da violência no campo (assaltos, roubo de animais, assassinatos); e) a ausência de uma política de reforma agrária comprometida com a transformação social e política do campo, capaz de motivar trabalhadores e trabalhadoras a se organizar com a mesma força já vista em outros momentos; f) o forte crescimento do mercado de trabalho, sobretudo no setor de serviços e na construção civil, oferecendo salários considerados pelos trabalhadores como bem melhorados em relação ao passado recente, tem propiciado um crescimento significativo do emprego formal absorvendo um importante número de trabalhadores desempregados das periferias urbanas e até mesmo do campo” (p.8).

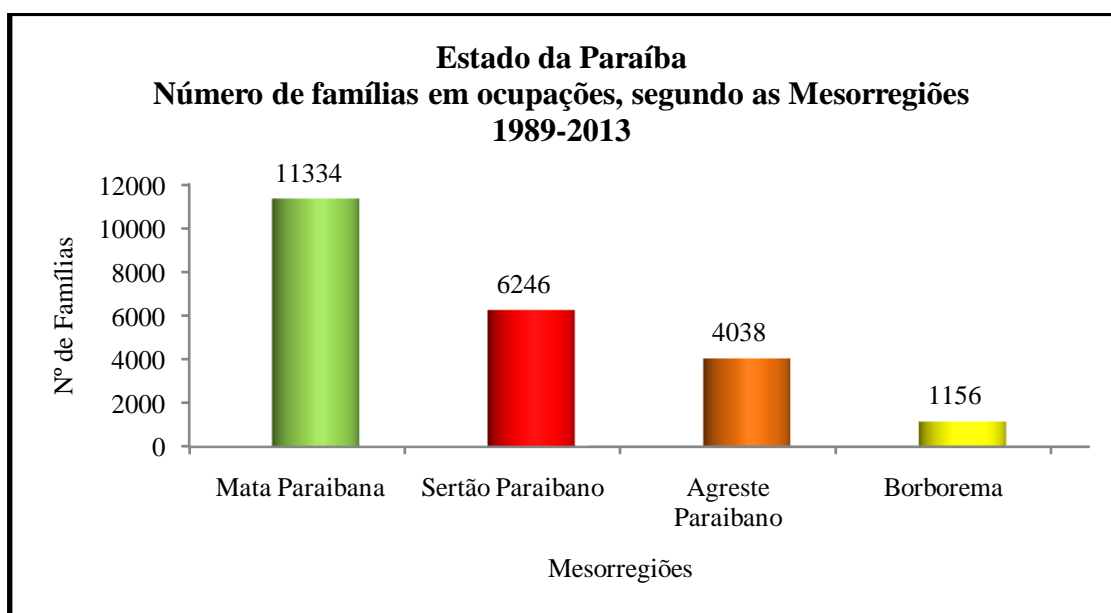
No que se refere à distribuição espacial das ocupações, constatamos no período estudado que o maior número teve lugar na Mesorregião da Mata Paraibana (84 que representam 41,2% do total das ocupações ocorridas no período), envolvendo 11.334 famílias (50% do total das famílias em ocupação no estado). Em segundo lugar aparece a Mesorregião do Sertão Paraibano com 61 ocupações (29,9% do total) envolvendo 6.246 famílias (27% do total). Na Mesorregião do Agreste Paraibano ocorreram 39 ocupações (19,6% do total) com 4.038 famílias (17,7% do total) e por fim, na Mesorregião da Borborema ocorreram 19 ocupações (9,3% do total) com 1.156 famílias envolvidas (5,1% do total) (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 5



. Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

Gráfico 6



. Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

Confirma-se a importância histórica da Zona da Mata como palco das lutas camponesas no estado da Paraíba.

Outro aspecto que sobressai da análise dos dados é o crescimento da importância da luta camponesa no Sertão, região semiárida por excelência e cujo espaço agrário esteve, durante muito tempo, caracterizado pela utilização maciça de formas e relações de trabalho não tipicamente capitalistas como o arrendamento e a parceria. É necessário destacar que:

o desmantelamento da atividade algodoeira promovido pela praga do bicudo a partir de 1985 culminou com a destruição do sistema agrícola secular que deu sustentação às tradicionais relações de trabalho sertanejas: o sistema gado-algodão-policultura alimentar. Sem o algodão, o arrendamento e a parceria retraem-se fortemente destruindo o único elo que ainda ligava o camponês à terra. A partir de então, só tem se apresentado duas saídas para sua reprodução: migrar para executar trabalhos sazonais nas lavouras da cana ou da laranja (no Sudeste) e na produção de uva e de manga (no Vale do São Francisco) ou organizar-se em torno da CPT Sertão ou do MST para lutar por um pedaço de chão. (MOREIRA et al. 2015)

As microrregiões que se destacam pelo maior número de ocupações são Sapé, na Zona da Mata e Sousa no Alto Sertão (Mapa 3).

A microrregião de Sapé possui uma importância histórica na questão agrária paraibana por ter sido palco das Ligas Camponesas, e, na atualidade, “por concentrar nos assentamentos existentes, experiências singulares de produção e organização social e ao lado da expansão da produção de cana e abacaxi, numa demonstração da monopolização do capital sobre a agricultura reformada (MOREIRA et al. 2015).

A microrregião de Sousa tem sido palco de intensos conflitos por terra e água que deram origem a assentamentos em perímetros irrigados e ao longo de canais utilizados por empresas rurais e proprietários de terra para a irrigação. Quanto aos municípios destacam-se justamente aqueles que se situam nas microrregiões citadas (Mapa 3).

A microrregião de Umbuzeiro, no Agreste meridional, não registrou nenhuma ocupação no período de estudo.

No que se refere aos municípios é interessante observar que nem sempre aqueles que tiveram um maior número de ocupações são exatamente os que tiveram maior número de famílias envolvidas nas mesmas (Gráficos 7 e 8).

Dentre aqueles onde se deu um número maior de ocupação destaca-se Sousa em primeiro lugar, porém em segundo lugar no número de famílias envolvidas. Já o

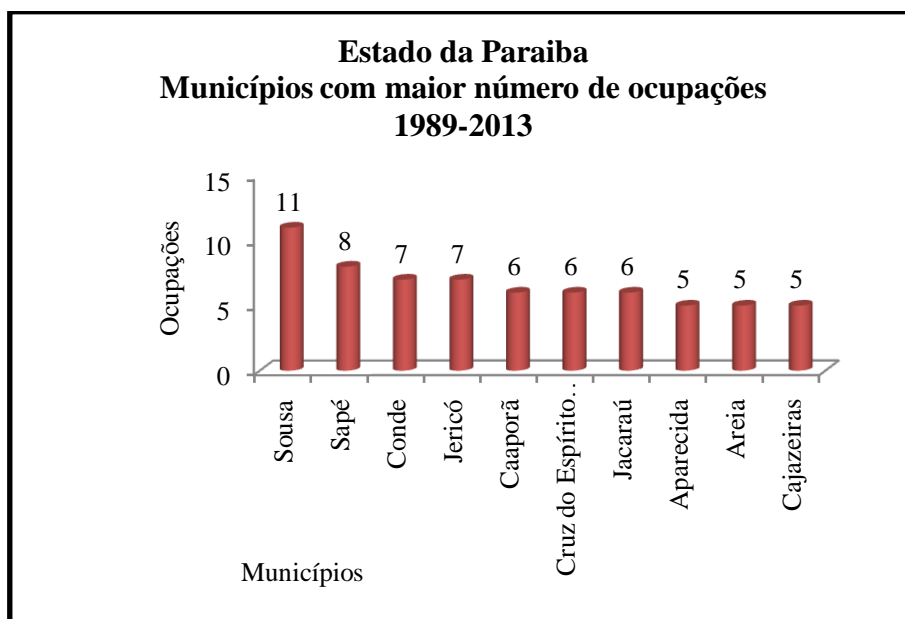
município de Caaporã, que aparece em 6º lugar no número de ocupações, é aquele onde o número de famílias envolvidas foi mais numeroso (Gráficos 7 e 8).

**Quadro1**  
**Estado da Paraíba**  
**Número de ocupações e de famílias em ocupações, segundo as Microrregiões**  
**1989-2013**

<b>Microrregiões</b>	<b>Número de ocupações</b>	<b>%</b>	<b>Família</b>	<b>%</b>
Microrregião de João Pessoa	16	7,8	1302	5,7
Microrregião do Litoral Norte	19	9,3	2164	9,5
Microrregião do Litoral Sul	13	6,4	2792	12,3
Microrregião de Sapé	36	17,6	5076	22,3
Microrregião do Brejo Paraibano	12	5,9	1178	5,2
Microrregião de Campina Grande	5	2,5	530	2,3
Microrregião do Curimataú Ocidental	4	2	245	1,1
Microrregião do Curimataú Oriental	5	2,5	232	1
Microrregião de Esperança	4	2	385	1,7
Microrregião de Guarabira	2	1	270	1,2
Microrregião de Itabaiana	8	3,9	1198	5,3
Microrregião do Umbuzeiro	0	0	0	0
Microrregião do Cariri Ocidental	7	3,4	435	1,9
Microrregião do Cariri Oriental	9	4,4	531	2,3
Microrregião do Seridó Ocidental	1	0,5	100	0,4
Microrregião do Seridó Oriental	2	1	90	0,4
Microrregião de Cajazeiras	10	4,9	688	3
Microrregião do Catolé do Rocha	8	3,9	635	2,8
Microrregião de Itaporanga	3	1,5	140	0,6
Microrregião de Patos	4	2	310	1,4
Microrregião de Piancó	4	2	220	1
Microrregião de Serra do Teixeira	2	1	100	0,4
Microrregião de Sousa	30	14,7	4153	18,2
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>100</b>	<b>22774</b>	<b>100</b>

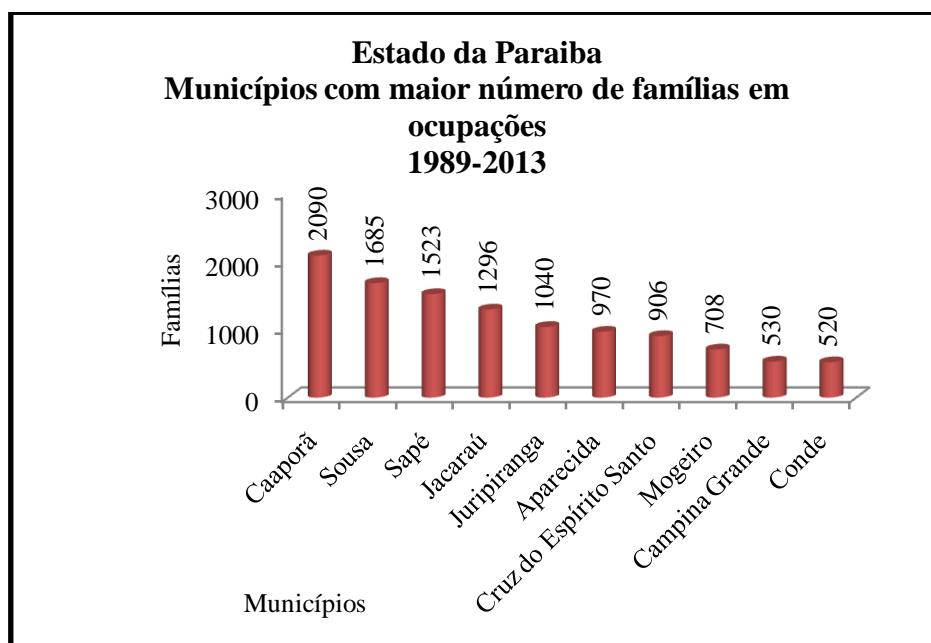
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

Gráfico 7



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

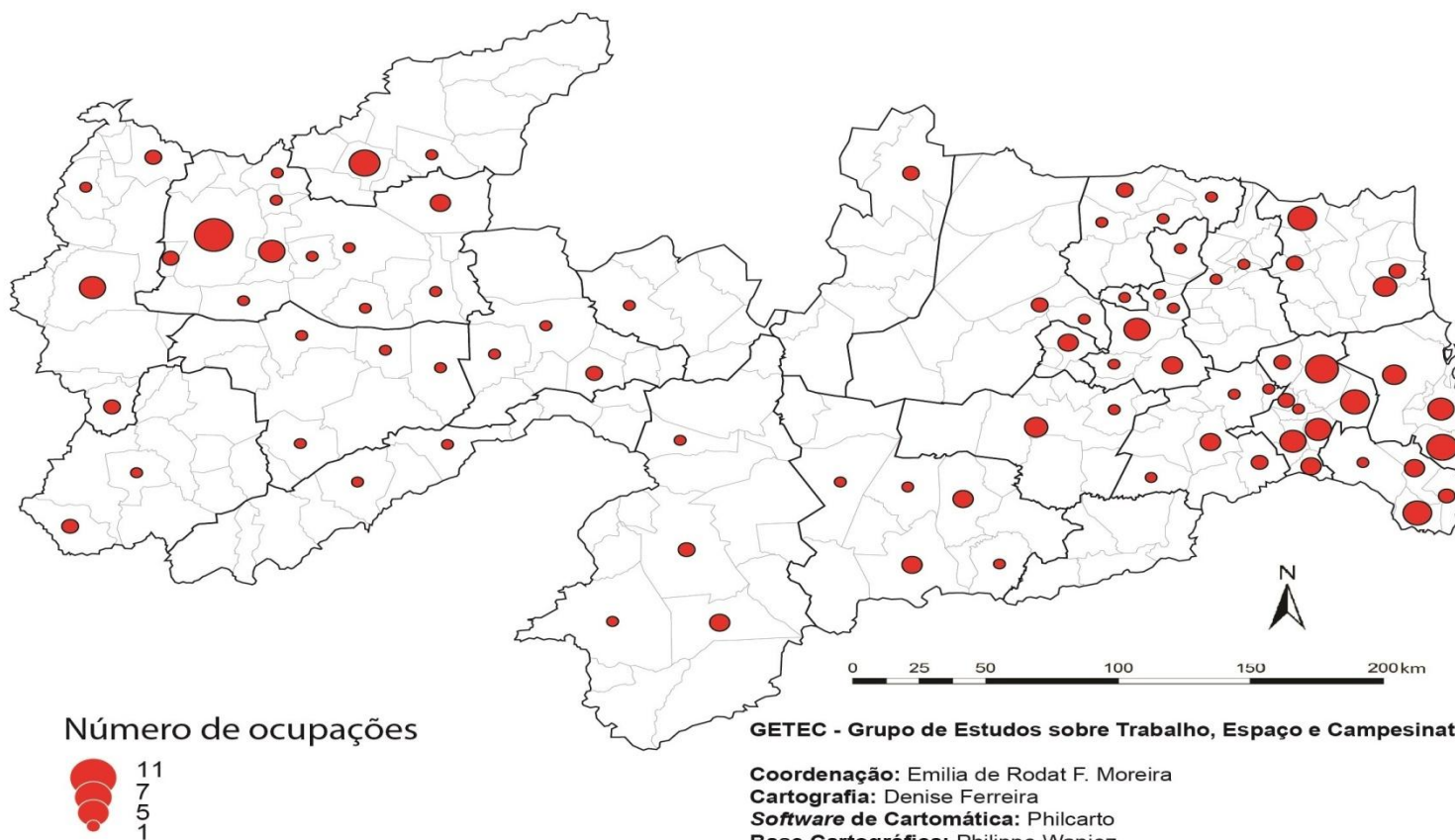
Gráfico 8



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

## Mapa 3

**Estado da Paraíba**  
**Número de ocupações por município, destacando as microrregiões**  
**1989 - 2013**



**Fonte dos Dados:** CPT, OAN e REDE DATALUTA

João Pessoa, Julho de 2015



Das 204 ocupações identificadas pelo Dataluta-PB no período estudado, 89 não possuem indicação sobre o movimento socioterritorial que possa ter acompanhado a luta<sup>4</sup>. Os dados com identificação dos movimentos dão conta de que o MST foi responsável por 75 ocupações envolvendo 9.802 famílias e a CPT por 24 ocupações, envolvendo 2171 famílias. Ambos os movimentos realizaram mais ocupações na mesorregião do Sertão (Quadro 2).

**Quadro2**  
**Estado da Paraíba**  
**Número de ocupações por Movimento Socioterritorial, segundo as Mesorregiões**  
**1989-2013**

<b>Movimento Socioterritorial</b>	<b>Mata Paraibana</b>	<b>Agreste Paraibano</b>	<b>Borborema</b>	<b>Sertão Paraibano</b>	<b>Total</b>
<b>MST</b>	22	18	11	24	<b>75</b>
<b>CPT</b>	6	1	6	11	<b>24</b>
<b>INDÍGENA</b>	8	0	0	0	<b>8</b>
<b>CONTAG</b>	2	0	0	0	<b>2</b>
<b>MTL</b>	2	0	0	0	<b>2</b>
<b>CUT</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>MAB</b>	0	1	0	0	<b>1</b>
<b>MST/CONTAG</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>VIA CAMPESSINA</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>NI</b>	41	20	2	26	<b>89</b>
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>40</b>	<b>19</b>	<b>61</b>	<b>204</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

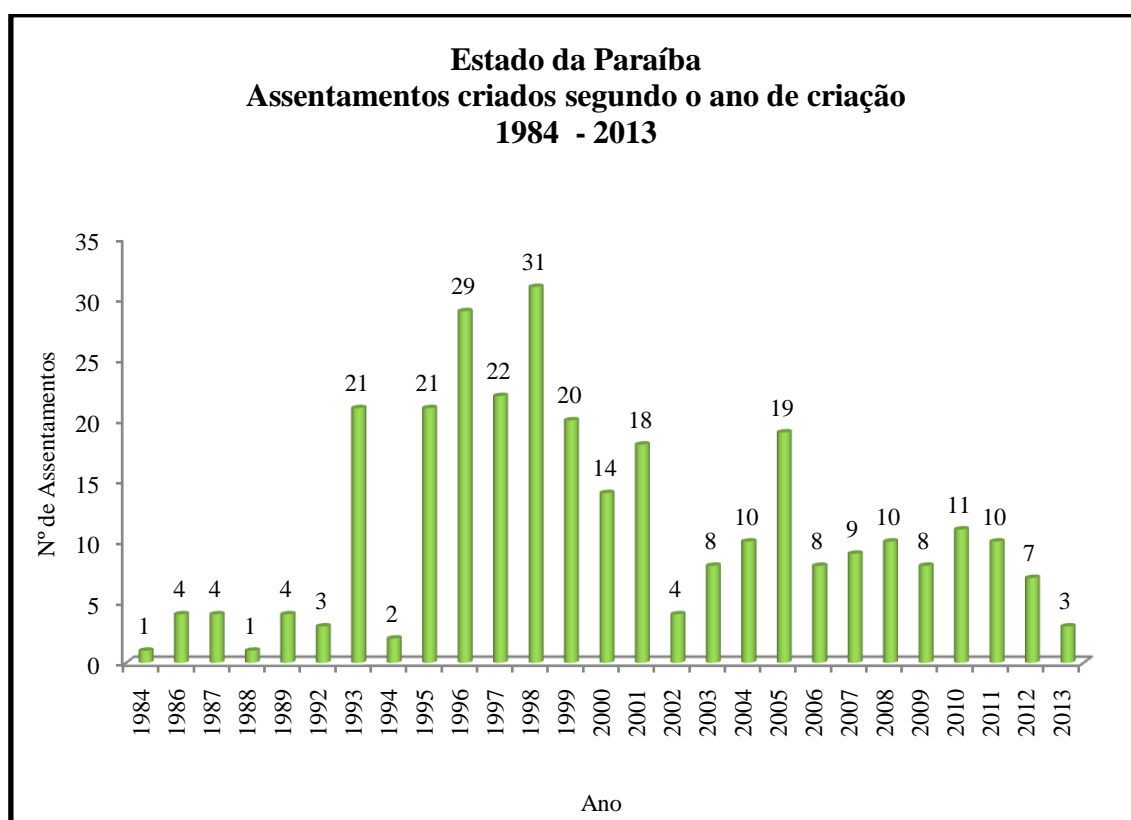
<sup>4</sup> Este é um trabalho que teremos que fazer levando as informações até os representantes dos movimentos para que eles possam identificar sua participação em algumas das ocupações sem informação.

### 3. DINÂMICA DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA – 1984 A 2013

O assentamento é entendido por Fernandes (1999) como sendo a territorialização da luta dos trabalhadores rurais por terra, luta essa que, em sua maioria, é organizada pelos movimentos socioterritoriais. Através das ocupações e dos acampamentos, os camponeses cobram a desapropriação das áreas que não cumprem a sua função social, que é produzir. Após a desapropriação o assentamento é criado e os camponeses iniciam uma nova etapa de luta, desta feita, pela permanência na terra.

Na Paraíba, de 1984 até 1º de fevereiro de 2013 foram criados pelo INCRA 302 Projetos de Assentamentos que abrangem uma área de 284.554,1781 hectares onde foram assentadas 14.740 famílias (MOREIRA, FERREIRA e SILVA, 2013; SIPRA, 2014).

**Gráfico 9**



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

O primeiro assentamento registrado pelo INCRA na Paraíba foi criado no ano de 1984, ainda durante o período de ditadura militar, no município agrestino de São Sebastião de Lagoa de Roça. Na verdade tratou-se de um “reconhecimento de posse” de

uma área de 275,86 ha para sete famílias. Como bem o diz Fabrini e Ross (2014) “os projetos de assentamento da ditadura não tinham como centro a desapropriação dos latifúndios, mas, sim, a distribuição de títulos de posse de terras...” (p 84). Só a partir de 1986 tem lugar algumas poucas desapropriações de terra e a criação de Projetos de Assentamento nos moldes previstos pelo INCRA. Contudo o número de PAs criados entre 1986 e 1992 foi muito pequeno, apenas 16 (Gráfico 9).

Chama-se a atenção para os anos de 1990 e 1991, durante o período de governo de Fernando Collor de Melo quando não foi criado um único assentamento nem desapropriada nenhuma propriedade na Paraíba. Isto não significa dizer que havia paz no campo. Ao contrário, no período inúmeros conflitos de resistência eclodidos no bojo da expansão do Proalcool se arrastavam sem solução. Nesse período também teve início as ocupações de terra coincidindo com a fase de agudização da crise do Proalcool.

O ano de 1993 se destaca por um importante aumento no número de assentamentos criados. Aparentemente se trata de uma anormalidade em relação ao período anterior e ao ano seguinte. Um estudo mais acurado realizado por Moreira (1997) dá conta, porém de que parte dos assentamentos cadastrados pelo INCRA como criados em 1993 haviam sido adquiridos ainda nos anos de 1980 com recursos do PROCANOR-FUNTERRA tendo passado para o controle do INCRA na condição de assentamento no ano em pauta.

No período de governo de Fernando Henrique Cardoso, particularmente durante seu primeiro mandato, como já foi anteriormente colocado, observou-se um crescimento da luta pela terra e uma maior organização dos movimentos socioterritoriais. A pressão da classe trabalhadora organizada resultou no aumento das desapropriações e na criação de 152 PAs que representam 52,6% do total dos assentamentos criados na Paraíba até 2013.

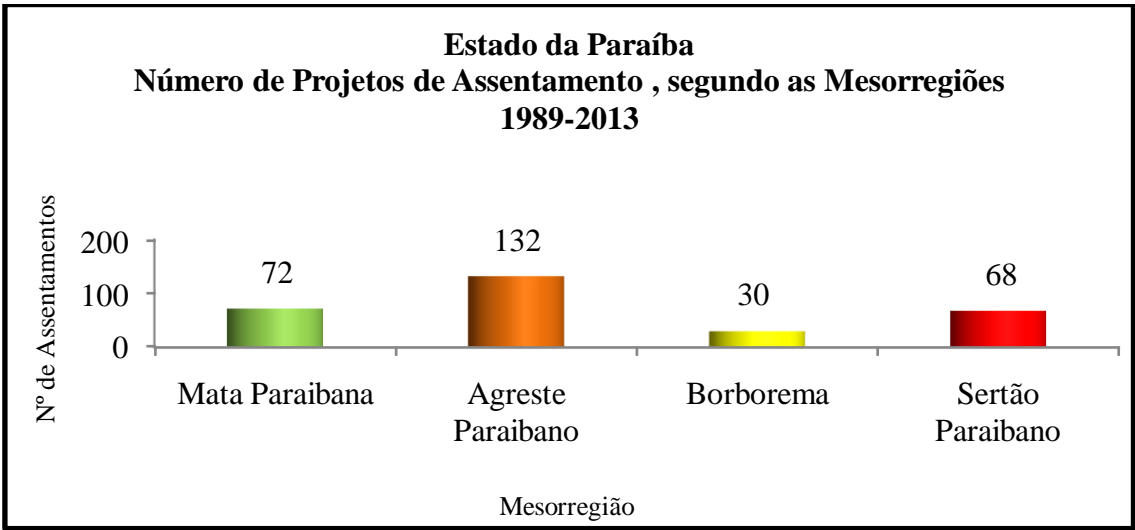
As desapropriações e a criação de assentamentos, porém decresceram no segundo mandato de FHC que respondeu a ação dos movimentos sociais com sua criminalização, com a intensificação da repressão policial e a utilização ideológica da mídia para desmobilizar os trabalhadores. A MP que proíbe a vistoria de propriedades ocupadas, também contribuiu para a redução na criação de novos assentamentos, sem falar na falta de vontade política do próprio Estado.

A expectativa dos movimentos sociais e da classe trabalhadora de que os Governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff revogassem a MP 2.027 não foi correspondida. Além disso, houve um certo retraimento da ação dos movimentos sociais e um direcionamento do Governo para o desenvolvimento de políticas públicas de

transferência de renda como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de criação de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), entre outros. Com isso verifica-se uma redução na criação de novos assentamentos, fato que permanece inalterado e até se agrava no Governo de Dilma Rousseff (Gráfico 9).

No que se refere à distribuição espacial dos Assentamentos, destaca-se o Agreste, particularmente nas regiões do Brejo e do Curimataú Paraibano, áreas de atuação da diocese de Guarabira e onde várias paróquias tiveram papéis decisivos na sustentação da luta pela terra (MOREIRA, 2014). Em segundo lugar distingue-se a região canavieira do estado, a Mata Paraibana, e por último as mesorregiões do Sertão e da Borborema (Gráfico 10). Esse mesmo comportamento é verificado no que se refere à capacidade de assentamento de famílias nos assentamentos criados e ao número de famílias efetivamente assentadas (Gráfico 11).

Gráfico 10

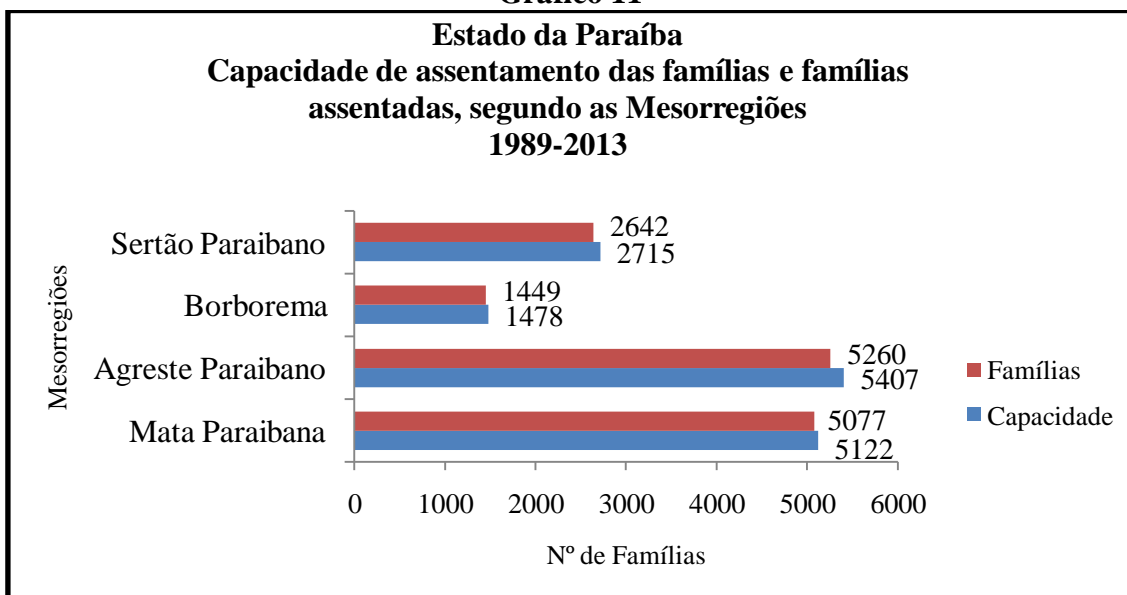


Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

A mesorregião do Agreste destaca-se com 132 assentamentos, seguido pela Zona da Mata com 72, o Sertão com 68 e a Borborema com 30. Sequência que se repete no número de famílias assentadas, um dado que chama a atenção é a diferença de número de famílias assentadas e a capacidade do assentamento, com a diferença de 147 no Agreste, 73 no sertão, 45 na Zona da Mata e 29 na Borborema, ou seja, poderiam ter assentados mais 294 no total de 14.428 famílias assentadas no estado da Paraíba até o

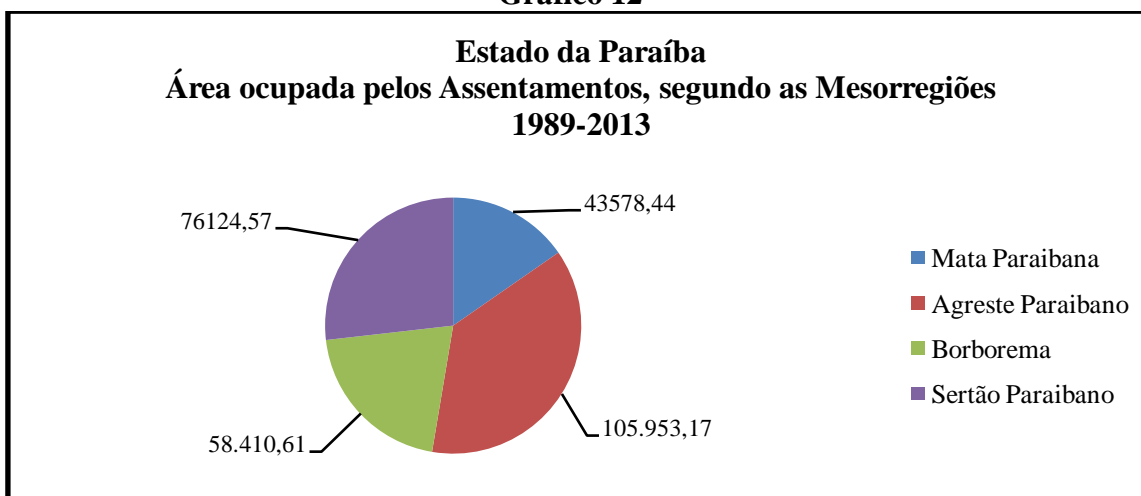
ano de 2013. O Agreste é a mesorregião com maior área ocupada por assentamentos, com 105953,17 ha; em seguida vem o Sertão com 76124,57 ha mesmo tendo menos assentamentos que a Zona da Mata, a Borborema com 58410,61 ha e por último a Zona da Mata que tem 43578,44 ha.

**Gráfico 11**



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

**Gráfico 12**



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

Em nível das microrregiões, as que congregam o maior número de assentamentos são as do Brejo Paraibano e de Sapé respectivamente. Em seguida distingue-se pela ordem de posicionamento no ranking das microrregiões com maior concentração de Assentamentos as microrregiões do Litoral Sul e do Curimataú Oriental ambas com 24 PAs (Quadro3), do Curimataú Ocidental com 23 PAs e de Sousa com 22. As microrregiões com menor número de assentamentos são a de São Sebastião do

Umbuzeiro com apenas 1 e as do Cariri Oriental e Seridó Oriental com apenas 4 (Quadro 3).

**Quadro3**  
**Estado da Paraíba - Número de assentamentos e de famílias assentadas, segundo as Microrregiões-1989-2013**

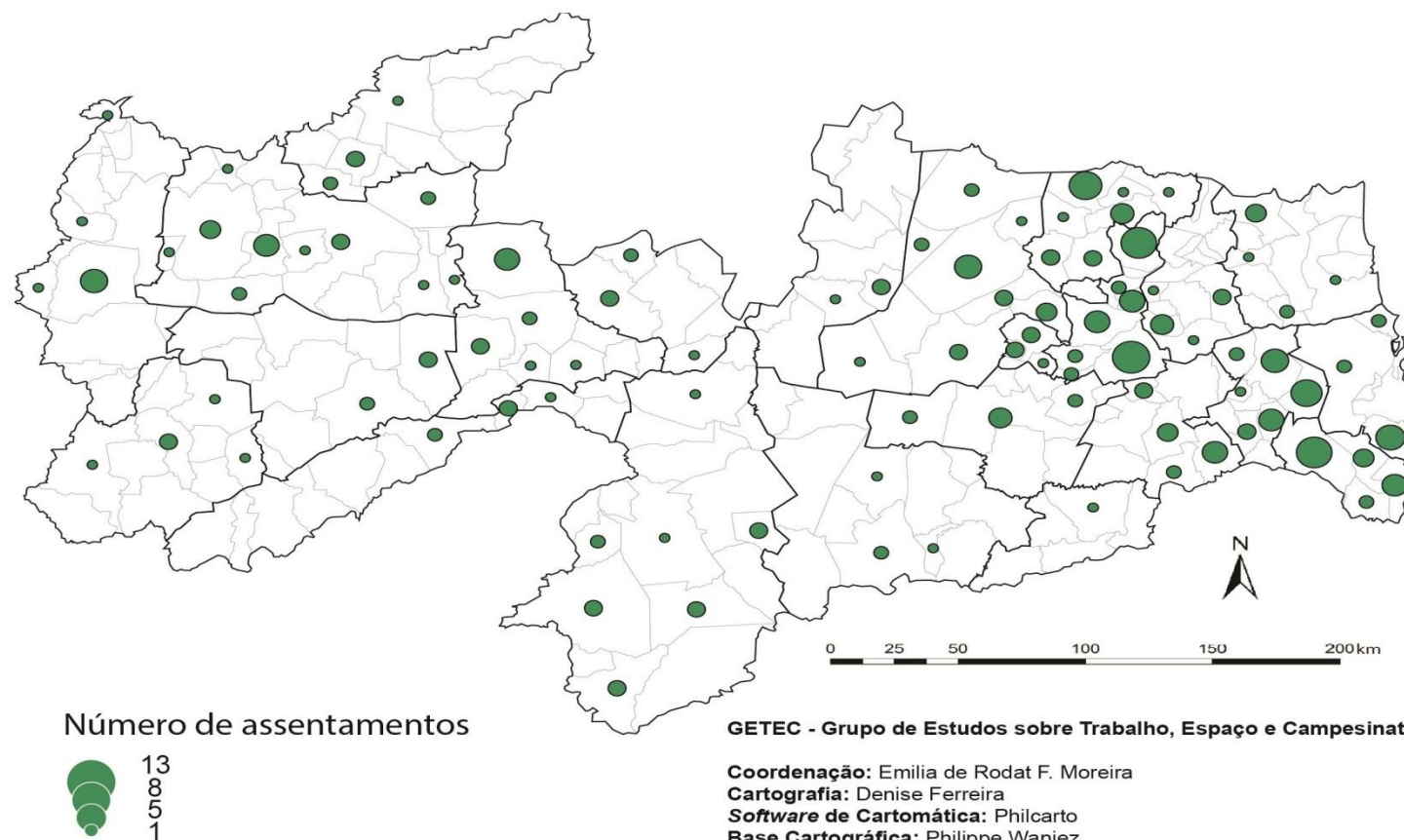
<b>Microrregiões</b>	<b>Número de assentamento</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Família</b>	<b>Área (ha)</b>
Microrregião de João Pessoa	12	621	610	4906,63
Microrregião do Litoral Norte	8	403	392	5325,31
Microrregião do Litoral Sul	24	1764	1759	11201,26
Microrregião de Sapé	28	2334	2316	22145,23
Microrregião do Brejo Paraibano	43	1686	1642	19302,56
Microrregião de Campina Grande	9	500	481	12142,21
Microrregião do Curimataú Ocidental	23	1228	1198	42491,20
Microrregião do Curimataú Oriental	24	815	788	13661,38
Microrregião de Esperança	7	147	141	1103,30
Microrregião de Guarabira	10	436	431	5013,48
Microrregião de Itabaiana	15	562	546	11354,12
Microrregião do Umbuzeiro	1	33	33	884,92
Microrregião do Cariri Ocidental	16	973	953	32209,08
Microrregião do Cariri Oriental	4	181	181	9675,63
Microrregião do Seridó Ocidental	6	186	178	11128,86
Microrregião do Seridó Oriental	4	138	137	5397,05
Microrregião de Cajazeiras	10	264	247	8820,20
Microrregião do Catolé do Rocha	6	252	248	7211,66
Microrregião de Itaporanga	6	201	192	4659,52
Microrregião de Patos	13	666	660	21579,21
Microrregião de Piancó	5	199	203	8308,76
Microrregião de Serra do Teixeira	6	126	126	2428,05
Microrregião de Sousa	22	1007	966	23117,17
<b>Total</b>	<b>302</b>	<b>14722</b>	<b>14428</b>	<b>284066,80</b>

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

No mapa 4 observa-se as áreas de maior e de menor concentração dos Assentamentos. Verifica-se uma maior concentração numa faixa inclinada que se estende do Curimataú Oriental ao Litoral Sul passando pelo Brejo Paraibano. Nas microrregiões que compõem a Mesorregião da Borborema os Assentamentos são em menor número e bem menos concentrados. Outra concentração é verificada a oeste, no Sertão destacando-se principalmente as microrregiões de Sousa e Patos.

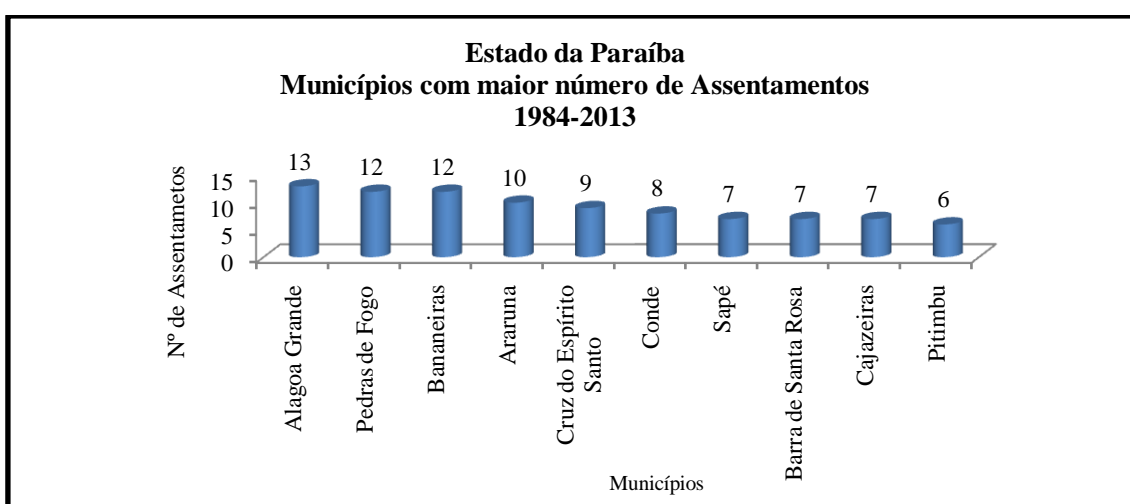
## Mapa 4

### Estado da Paraíba Número de assentamentos por município, destacando as microrregiões 1984 - 2013



No que tange aos municípios os que apresentam maior número de Assentamento são pela ordem: a) Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, terra de Margarida Maria Alves onde há uma forte atuação do movimento sindical; b) Pedras de Fogo, no Litoral Sul, palco de intensos conflitos sociais na década de 1990; Bananeiras, também no Brejo Paraibano, onde terras de antigas propriedades foram adquiridas através do FUNTERRA e na década de 1990, pelo crédito fundiário; c) Araruna, no Curimataú da Paraíba onde eclodiram na década de 1980 e 1990 conflitos de terra aos quais a Paróquia local e a Diocese do município de Guarabira deram sustentação; d) o município de Cruz do Espírito Santo, tradicional município canavieiro onde ações de ocupação apoiadas pela CPT e pelo MST resultaram na criação de 9 PAs (Gráfico 13)..

**Gráfico 13**

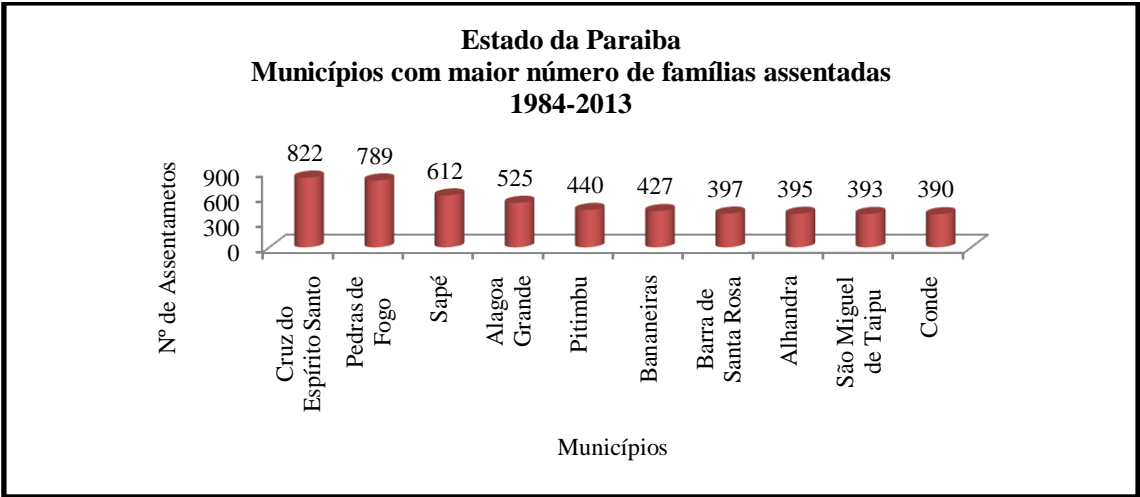


Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

Já os municípios com maior número de famílias assentadas correspondem a Cruz do Espírito Santo, Pedras de Fogo e Sapé (na zona da mata), e Alagoa Grande (no agreste) (Gráfico 14). A Zona da Mata e Agreste são as mesorregiões onde tem os municípios com maior numero de assentamentos e famílias assentadas. A Borborema aparece nos municípios com maiores áreas como São Sebastião do Umbuzeiro e Monteiro. E Sertão com São José de Espinhara e Aparecida. O municipio que tem maior área ocupada localiza-se no Agreste que é Barra de Santa Rosa.

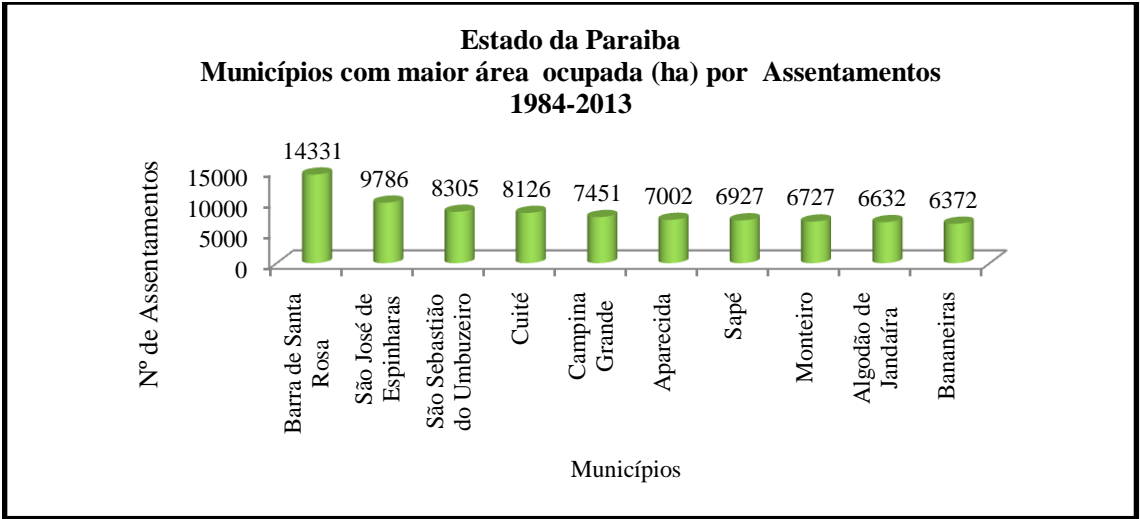


Gráfico 14



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

Gráfico 15



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014.

4. RELAÇÃO ENTRE OCUPAÇÕES E CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

Para Oliveira (2007) assentamento de reforma agrária refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas, mexendo na estrutura fundiária do país. Ele critica os números do governo FHC e Lula que incorporou o reconhecimento de assentamentos antigos como forma de ampliar os números da reforma agrária, tentando inflá-los.

Então vamos comparar se onde houve ocupação independente do movimento que atuou no processo, houve desapropriação de terra, a partir da análise do quadro 4.

**Quadro4**  
**Estado da Paraíba**  
**Número de ocupação e desapropriação, segundo as mesorregiões**  
**1984-2013**

Mesorregião	Assentamento	Número de Imóveis desapropriados	Família	Ocupação	Família	Diferença
Mata	72	56	4.276	84	11.334	7.058
Agreste	132	107	4.528	40	4.038	-490
Borborema	30	29	1.412	19	1.156	-256
Sertão	68	59	2.101	61	6.246	3.604

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

Dos 72 assentamentos na Zona da Mata, 56 foram desapropriados e neles foram assentadas 4.276 famílias, resultado da pressão de 84 ocupações, com 11.334 famílias, ou seja, 66,67% das áreas ocupadas se transformaram em assentamentos e 37,73% das famílias que participaram das ocupações foram assentadas.

No Agreste dos 132 assentamentos existentes 107 foram objetos de desapropriação. Destes, 40 foram fruto da luta por ocupação (37,4%) de 4.038 famílias, No total foram assentadas 4.528 famílias 490 a mais do que o número que participou da luta. Na Borborema, dos 30 assentamentos existentes, 29 foram desapropriados e neles foram assentadas 1.412 famílias, resultado de 19 ocupações com 1.156 famílias, o que significa mais 256 famílias do que as que participaram das ocupações. Dos 68 assentamentos instalados no Sertão, 59 foram desapropriados e neles assentadas 2.101

famílias, resultado da ocupação de 61 imóveis, por 6.246 famílias. Onde se conclui que 96,72% das ocupações se transformaram em assentamentos e 33,64% das famílias que participaram das ocupações foram assentadas, sobrando aproximadamente 3.604 famílias sem terra. Na Zona da Mata e no Sertão onde os movimentos mais atuam os números mostram que a maioria das ocupações resulta em desapropriação, mas não consegue assentar a maioria das famílias.

No quadro 5 é possível verificar, cruzando os números de ocupações e assentamentos na Paraíba que dos 223 municípios 53 (23,8%) tem assentamento e ocupação, onde 15 municípios localizam-se na Mesorregião da Mata Paraibana onde 68 ocupações originaram 68 assentamentos.

No Agreste, 17 municípios com 85 assentamentos e 34 ocupações, o número de assentamentos é bem maior que o de ocupações. É importante lembrar que nesta microrregião muitos assentamentos surgiram a partir de negociações entre os moradores e as Usinas para trocar a dívida trabalhista por terras que deram origem a assentamentos e outros, particularmente no município de Alagoa Grande, foram adquiridos com recursos do FUNTERRA e transferidos para o INCRA (MOREIRA e TARGINO, 1997). Há registro ainda de luta de resistência contra a expropriação e a expulsão que resultou em assentamentos (Quadro 5). Na Mesorregião do Agreste destacam-se as microrregiões do Brejo e do Curimataú Oriental.

Na Mesorregião da Borborema localizam-se em 6 municípios 13 assentamentos dos quais 11 foram fruto de ocupações. Trata-se de áreas de atuação da FETAG e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Apenas dois assentamentos foram criados sem que houvesse ocupação. Trata-se de áreas adquiridas através da negociação entre proprietários, INCRA e Sindicato de Trabalhadores Rurais. (Quadro 5). Na mesorregião da Borborema destaca-se a microrregião do Cariri Ocidental.

No Sertão identificamos 15 municípios com 41 assentamentos e 45 ocupações. Na Mesorregião da Mata destacam-se os municípios de Sapé e João Pessoa na microrregião do Litoral Sul (Mapa 5). (Quadro 5). Na mesorregião do Sertão destacam-se as microrregiões de Patos e de Sousa

Existem municípios em que os movimentos sociais atuam e que possuem ocupações, com conflitos não resolvidos; 5 municípios na Zona da Mata com 16 ocupações, 6 no Agreste com 6 ocupações, 5 na Borborema com 8 ocupações e 13 no Sertão com 16 ocupações, no total 29 municípios (13% do total) com 46 ocupações. (Quadro 6).

**Quadro 5**  
**Estado da Paraíba**  
**Municípios com assentamento e com ocupação por Mesorregião**  
**1984-2013**

Mata		Agreste		Borborema		Sertão		Total de Municípios
15		17		6		15		53
Assent.	Ocup.	Assent.	Ocup.	Assent.	Ocup.	Assent.	Ocup.	
68	68	85	34	13	11	41	45	

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

**Quadro 6**  
**Estado da Paraíba**  
**Municípios com ocupação e sem assentamento**  
**1984-2013**

	Mata	Agreste	Borborema	Sertão	Total de Municípios
Município	5	6	5	13	29
Ocupação	16	6	8	16	46

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

E tem o contrário, municípios com assentamentos, mas sem registro de ocupação: 2 municípios na Zona da Mata com 4 assentamentos; 20 municípios no Agreste com 47 assentamentos; 9 municípios na Borborema com 14 assentamentos e 16 no Sertão com 27 assentamentos, no total 47 municípios (21,1% do total). No total há 92 assentamentos sem registro de ocupação. A pesquisa constatou que em alguns desses municípios sem registro de ocupação, alguns assentamentos foram criados a partir da luta de resistência de posseiros e moradores.

**Quadro 7**  
**Estado da Paraíba**  
**Municípios com assentamento e sem ocupação**  
**1984-2013**

	Mata	Agreste	Borborema	Sertão	Total de Municípios
Município	2	20	9	16	47
Assentamento	4	47	14	27	92

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

Constatou-se ainda que 94 municípios (42,2% do total) não têm assentamento e nem registro de ocupação, ou seja, neles nenhum movimento atuou. Destes, 8 situam-se na Mesorregião da Mata Paraibana, 23 na Mesorregião do Agreste, 24 na Mesorregião da Borborema e 39 na Mesorregião do Sertão Paraibano. O maior número de municípios nesta condição situa-se nas Mesorregiões da Borborema e do Sertão (Mapa 5).

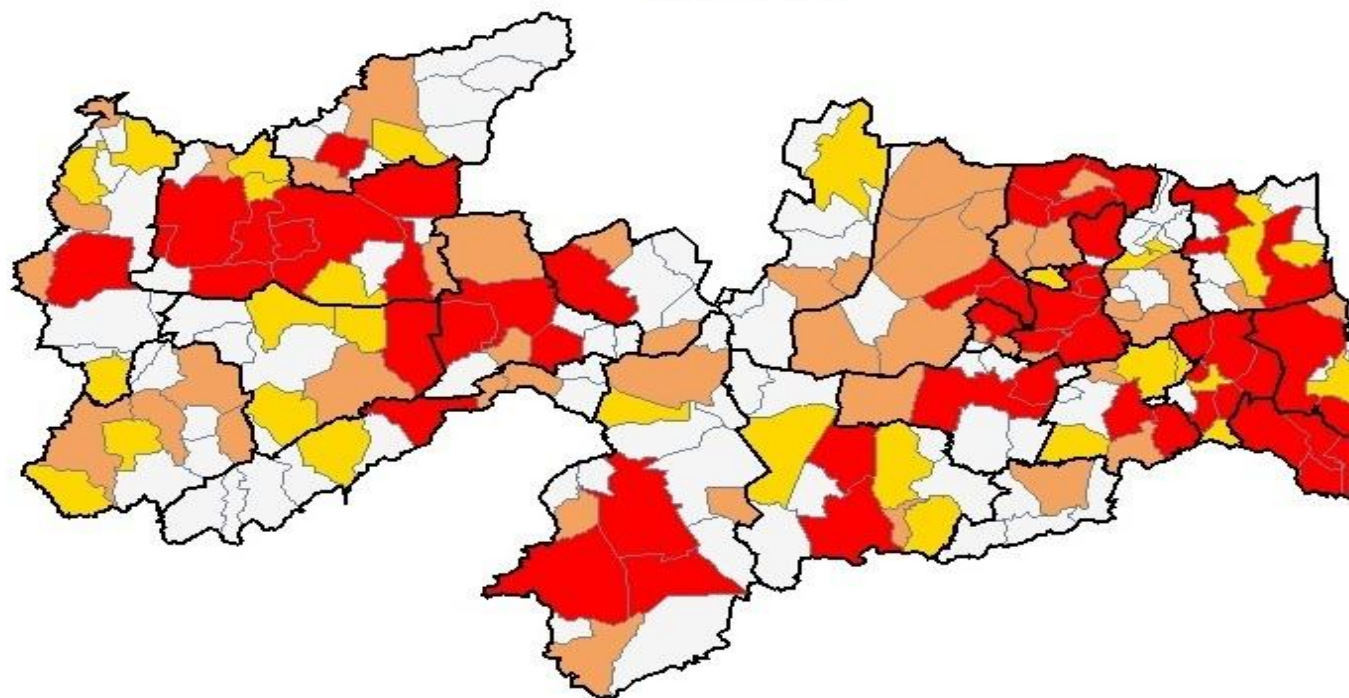
**Quadro 8**  
**Estado da Paraíba**  
**Municípios sem assentamento e sem ocupação**  
**1984-2013**

Mata	Agreste	Borborema	Sertão	Total de Municípios
8	23	24	39	94

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

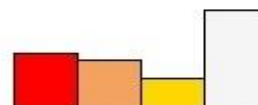
Mapa 5

**Estado da Paraíba**  
**Assentamento versus Ocupação**  
**1984 - 2013**



**Assentamento X Ocupação**

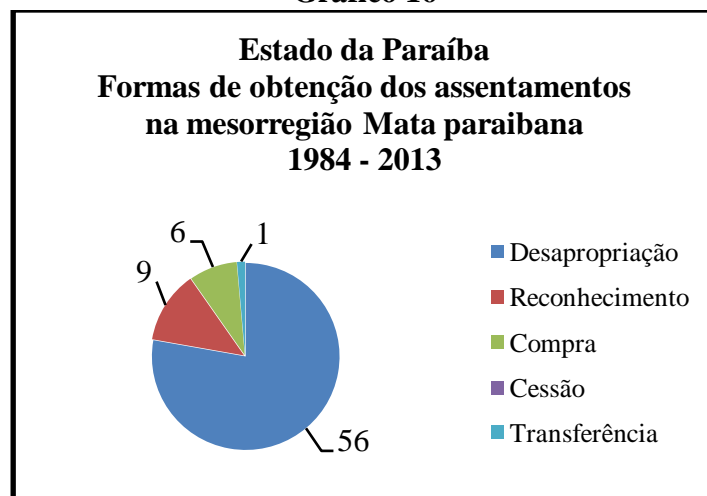
<span style="color: red;">■</span>	Municípios Com Assentamento e Com Ocupação
<span style="color: orange;">■</span>	Municípios Com assentamento e Sem Ocupação
<span style="color: yellow;">■</span>	Municípios Sem Assentamento e com ocupação
<span style="color: white;">■</span>	Municípios Sem Assentamento e Sem Ocupação



Elaborado com Philcarto \* 12/08/2015 22:54:07 \* <http://philcarto.free.fr>

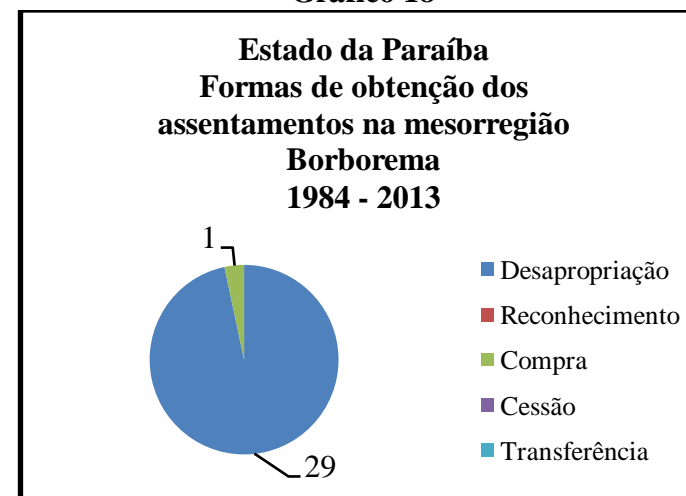
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

Gráfico 16



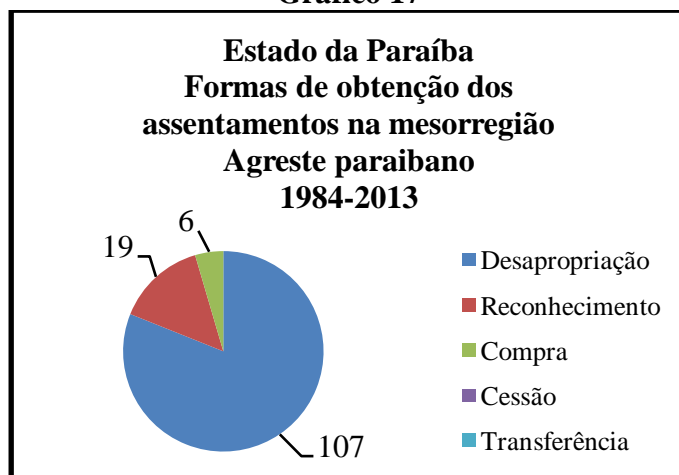
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

Gráfico 18



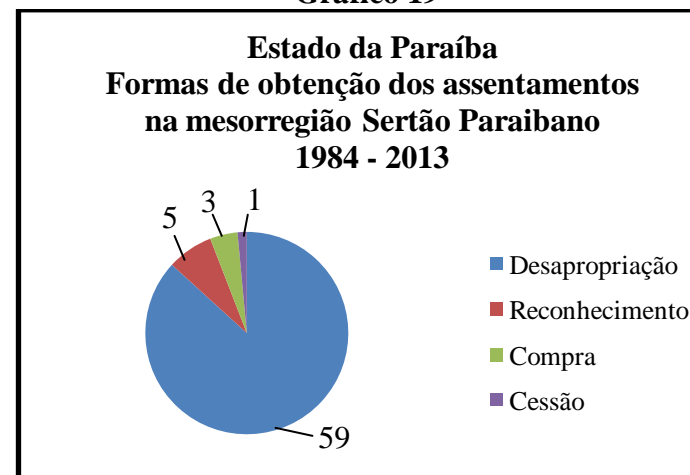
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

Gráfico 17



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

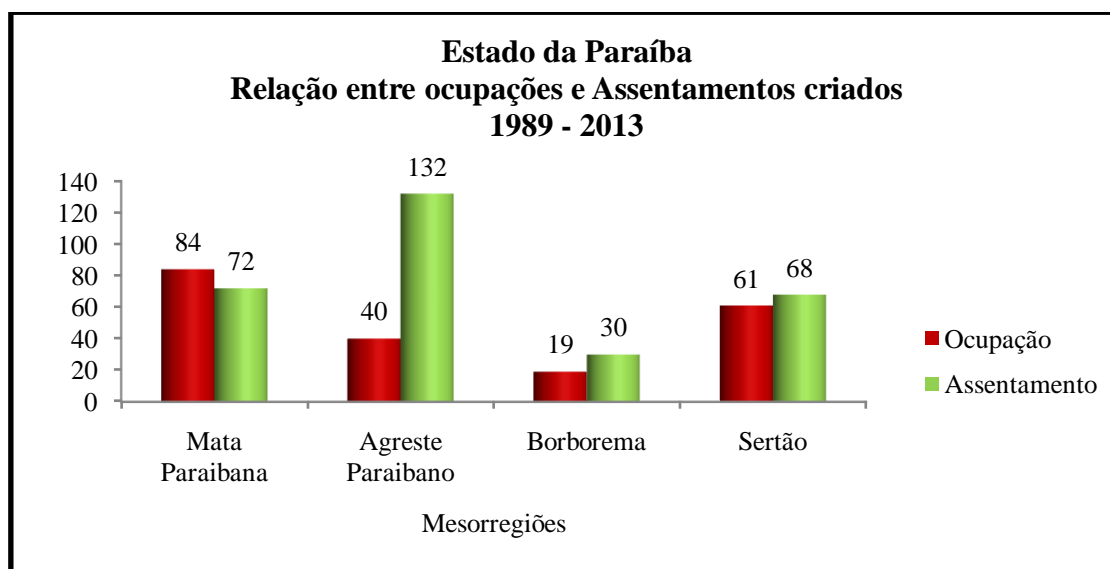
Gráfico 19



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

A principal forma de obtenção de terras dos assentamentos na Paraíba é a desapropriação (251), maioria esmagadora em todas as mesorregiões, seguida pelo reconhecimento (33), compra (16), cessão (1) e transferência (1).

**Gráfico 20**



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2014

Todo esse processo de criação de Assentamento vem gerando impactos de maior ou menor dimensão em nível dos municípios. São impactos populacionais, econômicos, ambientais e sociais. Interessa-nos identificar até que ponto eles promoveram impactos sobre o padrão de concentração da propriedade da terra.



## 5. IMPACTOS TERRITORIAIS DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

Em relação ao conjunto do estado segundo a estimativa de impactos calculada, os impactos territoriais da criação dos Assentamentos foi insignificante. De fato, o total da área transformada em assentamentos na Paraíba representa apenas 6,6% da área total das propriedades rurais existentes no estado em 2012. O que vale dizer que em nível do conjunto do estado a reforma agrária realizada pelo Governo ainda é muito inexpressiva não atingindo nem mesmo 10% da área agrícola total.

Se considerarmos que os Assentamentos criados foram resultantes da desapropriação, compra, cessão ou transferência de imóveis maiores de 500 hectares, ainda assim constatamos que a área desses imóveis incorporada à reforma agrária foi muito pequena, pois em 2012 ela equivalia a apenas 28,2 do total da área ocupada por esses imóveis.

Em relação às Mesorregiões, os impactos também são muito pequenos, em algumas, insignificantes. Como pode ser visto no quadro 9, a área ocupada por Assentamentos Rurais representava apenas 11,47% da área dos imóveis rurais existentes na Mesorregião da Mata Paraibana em 2012; 10,61% da área dos imóveis rurais existentes na Mesorregião do Agreste Paraibano; 5,04% da área dos imóveis rurais existentes na Mesorregião da Borborema e 4,29% da área dos imóveis rurais existentes na Mesorregião do Sertão.

**Quadro 9**  
**Estado da Paraíba**  
**Impacto territorial da criação de assentamentos segundo as Mesorregiões**  
**2012**

MESORREGIÕES	ÁREA DOS IMÓVEIS	ÁREA REFORMADA	IMPACTOS %
Mata Paraibana	379.900,1	43.578,4	11,4
Agreste Paraibano	998.164,9	105.953,2	10,6
Borborema	1.159.837,2	58.410,6	5,0
Sertão Paraibano	1.775.972,6	76.124,5	4,2
Paraíba	4.313.874,9	284.066,8	6,5

Fonte: INCRA

Em nível das microrregiões destacam-se as do Litoral Sul, do Brejo Paraibano, do Curimataú Oriental, do Curimataú Ocidental e de Sapé como aquelas onde a criação de Assentamentos teve maior impacto territorial.

Realmente, quando analisamos os dados e comparamos com os trabalhos de campo realizados constatamos a diversidade de situações a exemplo das microrregiões do Litoral Norte e Litoral Sul. Enquanto na primeira o peso da criação de assentamentos foi insignificante, no Litoral Sul, a luta de resistência dos posseiros e moradores apoiados pela CPT nos anos de 1980 e 1990 e a luta de ocupação dos sem terra acompanhados pelo MST, na década de 1990 foi responsável pela criação de 24 assentamentos o que significa um avanço do campesinato sobre 19,7% das terras agrícolas (Quadro 10).

**Quadro 10**  
**Estado da Paraíba**  
**Impactos territoriais da criação de assentamentos segundo as Microrregiões, 2012**

Microrregião	Área dos Imóveis	Área PA	Impacto (%)
João Pessoa	76.407,0	4.906,6	6,4
Litoral Norte	119.707,1	5.325,3	4,4
Litoral Sul	56.845,0	11.201,3	19,7
Sapé	379.900,2	43.578,4	11,5
Brejo Paraibano	106.710,1	19.302,6	18,1
Campina Grande	140.805,8	12.142,2	8,6
Curimataú Ocidental	312.475,5	42.491,2	13,6
Curimataú Oriental	99.194,0	13.661,4	13,8
Esperança	18.081,6	1.103,3	6,1
Guarabira	115.156,6	5.013,5	4,4
Itabaiana	140.541,1	11.354,1	8,1
Umbuzeiro	65.200,3	884,9	1,4
Cariri Ocidental	519.718,9	32.209,1	6,2
Cariri Oriental	262.375,0	9.675,6	3,7
Seridó Ocidental	169.952,9	11.128,9	6,5
Seridó Oriental	207.790,5	5.397,0	2,6
Cajazeiras	263.132,8147	8.820,2	3,4
Catolé do Rocha	224.046,5072	7.211,6	3,2
Itaporanga	283.183,7629	4.659,5	1,6
Patos	229.893,8628	21.579,2	9,4
Piancó	215.309,0034	8.308,7	3,9
Serra do Teixeira	178.772,171	2.428,0	1,4
Sousa	381.634,5	23.117,1	6,1

Fonte: INCRA

No caso da microrregião de Sapé, a área desapropriada foi bem maior do que a verificada na microrregião do Litoral Sul. Contudo, quando se compara a área reformada com o total da área dos imóveis existentes na microrregião verifica-se que esta é bem maior. Assim, o impacto territorial das desapropriações torna-se inferior ao observado no Litoral Sul. O mesmo verifica-se com a microrregião do Curimataú Ocidental, Cariri Ocidental, Sousa e Patos (Quadro 10). Constata-se, portanto que em nível microrregional, embora se observe em algumas microrregiões um grau de impacto

superior ao encontrado para o estado da Paraíba em nenhuma delas se tem uma reversão do padrão de concentração da propriedade da terra.

O mapa 4 apresenta o resultado do cálculo da estimativa do grau de impacto territorial da criação de assentamentos em nível municipal.

Para além desses aspectos constatou-se ainda no que se refere aos impactos territoriais da criação dos Assentamentos que:

a) até 2013 não existia nenhum assentamento criado em 123 dos 223 municípios existentes no estado o que significa que a reforma agrária só atingira até aquele momento 44,5% do total dos municípios paraibanos;

b) em 38 do total de 100 municípios onde foram criados assentamentos entre 1984 e 2013, o impacto territorial da criação foi muito baixo, variando de 0,30% a 9,24%.

c) em 38 do total de 100 municípios onde foram criados assentamentos entre 1984 e 2013, o impacto territorial da criação foi baixo, variando de 10,51% a 24,56%;

d) em 12 municípios o impacto territorial foi médio variando de 25,36% a 37,36%;

e) em 11 municípios o grau do impacto territorial foi alto, variando de 41,31% a 97,31%;

f) no município de Matinhas a deformação dos dados não permite avaliar o grau impacto;

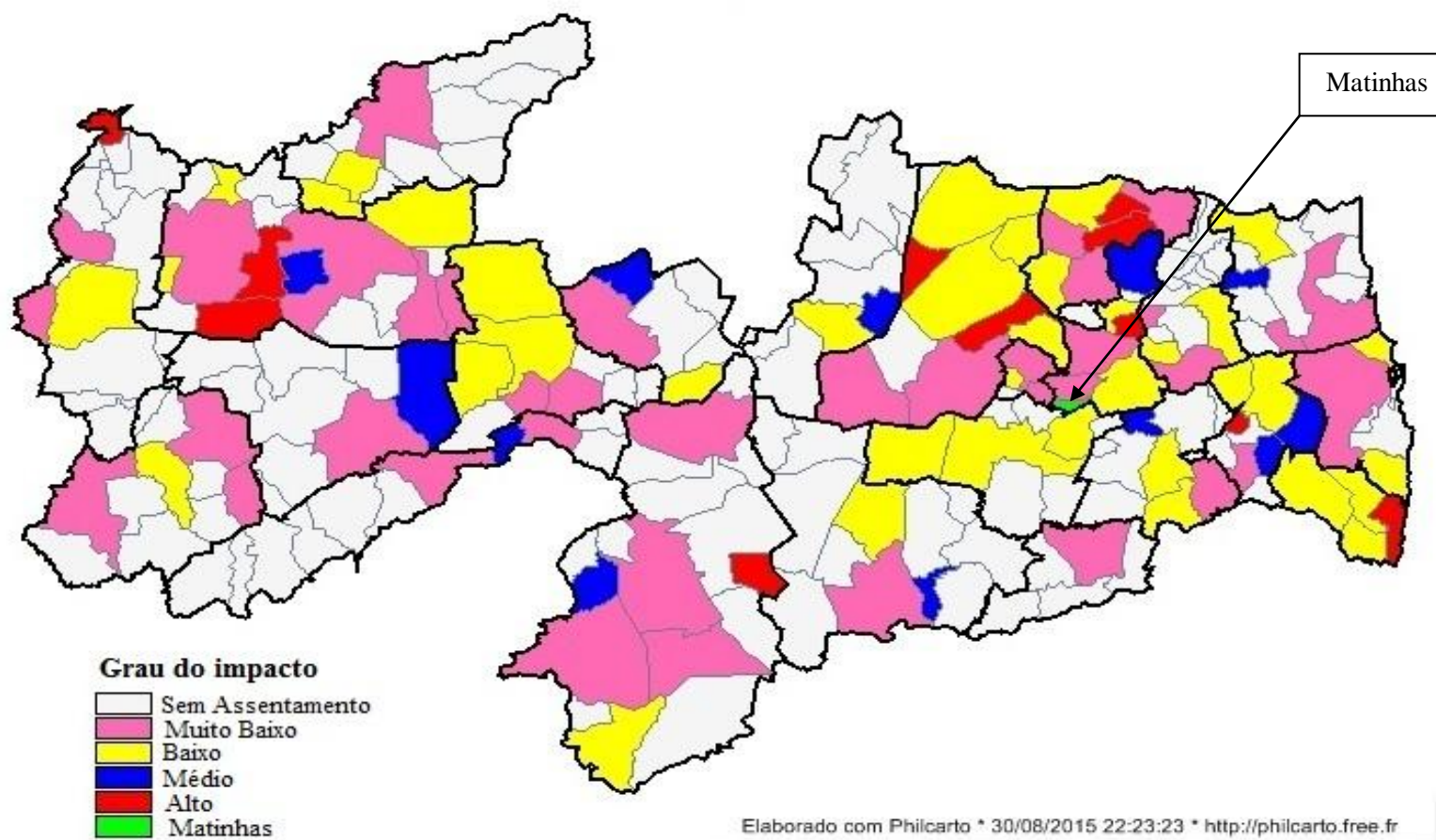
g) o impacto territorial da criação dos assentamentos no conjunto do estado foi de 6,6%.

O peso maior dos impactos em municípios com um número pequeno de assentamentos está sendo objeto de aprofundamento da investigação uma vez que, da mesma forma que encontramos equívoco nos dados do INCRA referente ao município de Matinhas, município que surgiu do desmembramento do município de Alagoa Nova, pode ser que haja também problemas nos dados desses municípios, a maioria também fruto do desmembramento de outros municípios em 1997.

No mapa, destacamos em verde o município de Matinhas cujo grau de impacto não foi calculado porque a área dos assentamentos contida na relação oficial do INCRA é maior do que a área de todos os imóveis rurais do município.

Os municípios que tiveram um impacto considerado alto foram: Pilões, Riachão, Pitimbu, Dona Inês, São José da Lagoa Tapada, Riachão do Poço, Sossêgo, Aparecida, Algodão de Jandaíra, Poço Dantas e Coxixola.

**Mapa 6**  
**Paraíba**  
**Impacto territorial da criação de assentamentos**  
**2012**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este trabalho é um demonstrativo de que a questão agrária e a luta por reforma agrária no estado da Paraíba não são questões resolvidas, uma vez que o monopólio da terra ainda é significativo e só tem sido quebrado naqueles municípios onde a ação organizada da classe trabalhadora tem resistido ao avanço do capital.

A retração da luta de ocupação observada através da análise dos dados não se deve a uma melhoria do processo de concentração das terras, mas a questões ligadas à expansão do emprego, sobretudo na construção civil nos períodos de governo de Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Roussef. A crise atual da economia somada à crise política, porém está aí a colocar em questão esse recuo da luta por terra.

Constata-se que a ocupação de terras tem sido ao longo do tempo e continuará sendo um instrumento eficaz de luta camponesa, uma das estratégias dos movimentos socioterritoriais e dos trabalhadores sem terra para reivindicar o direito à terra e à água, enfim o direito à reprodução da vida em um “territórios de esperança” no estado da Paraíba. Essas ocupações têm se concentrado nas Mesorregiões da Mata Paraibana e do Sertão Paraibano. Os movimentos socioterritoriais envolvidos na luta de ocupação são principalmente, o MST e a CPT, a presença de outros movimentos ainda é pequena.

Em alguns municípios a pressão da organização dos trabalhadores possibilitou o avanço do campesinato reformado sobre o território tradicionalmente dominado pelo latifúndio, observando-se em alguns casos uma quebra do monopólio da terra pela grande propriedade.

Verificou-se impactos pontuais em algumas microrregiões onde há maior número de assentamentos criados ou em municípios onde os imóveis desapropriados, comprados, cedidos ou transferidos são de grande dimensão, correspondendo a latifúndios improdutivos. Mas tem-se ainda em 2013 que 123 dos 223 municípios que formam a malha político administrativa estadual não possuíam um único assentamento. Isto é, a política de reforma agrária do estado não conseguiu atingir todos os municípios. Quase a metade deles ainda permanece com sua estrutura fundiária intocada. Enfim, o trabalho indica que a reversão da

perversa concentração na estrutura fundiária do estado da Paraíba não foi ainda obtida e que os Planos de Reforma Agrária postos em prática a partir da Nova República foram um fiasco. A pequena reordenação da estrutura fundiária de alguns municípios foi alcançada graças à luta dos trabalhadores acompanhada pelos movimentos socioterritoriais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre** São Paulo Ano 27, Vol. 1, n.36 p.1- 291 Jan-Jun/2011. 1 5

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963.

CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. São Paulo: **Estudos Avançados** vol.15 nº.43, Sept./Dec. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016).

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Org. CANUTO, Antônio; SILVA LUZ, Cássia Regina da; WICHINIESKI, Isolete. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

DATALUTA – NACIONAL. **Banco de dados agregados sobre ocupações de terra, 1989-2013**. Presidente Prudente: NERA, 2014.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**, 2014. João Pessoa: GETEC/UFPB.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1ª ed. – São Paulo: Outras expressões, 2014.

FERNANDES, BenardoMançano. **MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, BenardoMançano. **A ocupação como forma de acesso à terra**. In Vozes Sem Terra, novembro de 2012. Site hospedado pela Escola de Línguas Modernas Universidade de Nottingham, Grã-Bretanha. Disponível em: [www.landless-voices.org](http://www.landless-voices.org)

FERNANDES, BenardoMançano; STEDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2ª ed. - São Paulo: Expressão popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. 1 ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (vozes do campo).

GRIMBERG, Keila. A origem da concentração de terra. In **Notícias**. Direito à terra no Brasil no site Ciência Hoje. Alameda Casa Editorial, 2010. Disponível em: <http://www.alamedaeditorial.com.br/2010/11/05/direito-a-terra-no-brasil-no-site-ciencia-hoje/>

GONDIM, Vinícius Silva; LIMA, Sérgio Ricardo Ribeiro; BEZERRA, Maria Bernadete Pereira. A natureza da questão agrária brasileira na atualidade. In **Anais da Semana de Economia da UESB**, 2012. Disponível em: [http://www.uesb.br/eventos/semana\\_economia/2012/anais/b02.pdf](http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2012/anais/b02.pdf)

IBGE. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

INCRA. **Cadastro dos imóveis rurais**, 2012.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes, TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1997.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; TARGINO, Ivan. **Espaço, capital e trabalho no campo paraibano**. *Revista da ANPEGE*, v. 7, p. 135-146, 2011.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. **Da Zona da Mata ao Sertão: a luta pela construção de territórios de esperança**. João Pessoa: *Relatório de Pesquisa/CNPq*, 2013.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. **Luta de Ocupação e de Resistência Camponesa na Paraíba**. Palestra realizada junto ao GETEC/UFPB, em abril de 2013.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; BONOLO, Flávia; TARGINO, Ivan. **Estrangeirização das terras: algumas notas sobre o caso do Brasil e da Paraíba**. Boletim DATALUTA, v. 9, p. 2-11, 2013.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; FERREIRA, Denise de Sousa; SILVA, Bruno Ravic. Aspectos da questão agrária na Paraíba- **Relatório**Dataluta 2013.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; FERREIRA, Denise de Sousa. **Aspectos da luta pela terra na Paraíba: a dinâmica recente dos processos de ocupação**. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos CBG, 2014, Vitoria. II - Campo/Rural, 2014.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes;TARGINO, Ivan; FERREIRA, Denise de Sousa; Dantas, José Carlos; Garcia, Maria Franco. **A luta de ocupação: sua evolução no estado da Paraíba**. BOLETIM DATALUTA: número 93. 2015.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba**. –São Paulo: USP, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito**. São Paulo, Alameda, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. Coordenação Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, 1997.